

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**BRUNO RIBEIRO OLIVEIRA**

**INSURGÊNCIA MAU MAU:  
Resistência armada no Quênia, 1952-1960**

**Porto Alegre  
2015**

**BRUNO RIBEIRO OLIVEIRA**

**INSURGÊNCIA MAU MAU:  
Resistência armada no Quênia, 1952-1960**

Monografia apresentada como requisito parcial para a conclusão do curso de Licenciatura em História no Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. José Rivair Macedo

**Porto Alegre  
2015**

**BRUNO RIBEIRO OLIVEIRA**

**INSURGÊNCIA MAU MAU:  
Resistência armada no Quênia, 1952-1960**

Monografia apresentada como requisito parcial para a conclusão do curso de Licenciatura em História no Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. José Rivair Macedo

---

José Rivair Macedo (Orientador – UFRGS)

---

Carla Brandalise (UFRGS)

---

Luiz Dario Teixeira Ribeiro (UFRGS)

**Porto Alegre  
2015**

## RESUMO

Entre os anos de 1952 e 1960, quando o Quênia era ainda colônia Britânica, ocorreu um conflito militar entre um grupo denominado Mau Mau e as forças britânicas e seus apoiadores. A Insurgência Mau Mau foi uma guerra por terra e liberdade que, desde a penetração colonial em fins do XIX, eram cada vez mais limitadas pela dominação colonial europeia. Nessa história de luta por terra e liberdade foi organizado um exército, Kenya Land and Freedom Army, que utilizou de diversos recursos disponíveis para enfrentar o colonizador. Por meio da documentação deixada pelos combatentes, esse trabalho pretende reconstruir o método de combate dos insurgentes Mau Mau, acompanhado, quando necessário, de aspectos da história social, cultural e econômica do Quênia colonial.

Palavras-chave: História do Quênia. Guerra de Guerrilhas. História Militar. História Africana. Mau Mau.

## **ABSTRACT**

Between the years of 1952 and 1960, when Kenya was still a British colony, a military conflict occurred among a group called Mau Mau and the British forces and its supporters. The Mau Mau Insurgency was a war for land and freedom that, since the colonial entrance in late 19th, were limited by the European colonial domination. In this history of fighting for land and freedom an army was organized, the Kenya Land and Freedom Army, which has utilized several resources to fight the colonizer. Through documentation left by the combatants, this work intent to reconstruct the way of fighting of the Mau Mau insurgents, accompanied, when necessary, of aspects of the social, cultural and economic history of the colonial Kenya.

Keywords: History of Kenya. Guerrilla War. Military History. African History. Mau Mau.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	7
CAPÍTULO 1 – O DOMÍNIO BRITÂNICO NA ÁFRICA ORIENTAL: POLÍTICA DE TERRAS E TRABALHO NO QUÊNIA COLONIAL, C.1895 – 1950. ....	11
CAPÍTULO 2 – ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS KIKUYUS: DA FORMULAÇÃO DA RESISTÊNCIA AOS BRITÂNICOS À DECLARAÇÃO DA EMERGÊNCIA, C.1920 – 1952.....	22
2.1 - A FORMAÇÃO DO KENYA LAND AND FREEDOM ARMY....	24
CAPÍTULO 3 – O CAMINHO PARA A LIBERTAÇÃO: ORGANIZAÇÃO, ESTRATÉGIA E LOGÍSTICA DA GUERRA DE GUERRILHAS DO KLFA.....	30
3.1 O JURAMENTO COMO ARMA DE GUERRA.....	41
3.2 O INIMIGO BRITÂNICO E O INIMIGO COLABORACIONISTA	44
3.3 – A GUERRA DE GUERRILHA MAU MAU .....	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	53
FONTES PRIMÁRIAS .....	56
REFERÊNCIAS .....	59
ANEXOS .....	62

## INTRODUÇÃO

As narrativas históricas que tratam de guerra são, por vezes, pontuadas de momentos dramáticos: batalhas, encontro entre líderes, ordens dadas num momento turbulento, planos bem ou mal executados, no geral, breves momentos imbuídos de grande relevância para a escrita da história. Poderíamos chamá-los de momentos chaves. Mas existem personagens e capítulos pouco tratados em suas realidades históricas, porque, normalmente, parecem ser versados com uma presença relevante, mas superficial. Parece contraditório. Prossigamos e resolveremos isso.

Existem, por detrás das batalhas e das carnificinas, estruturas e figuras que permitem essas ações. Ainda que sempre presentes, pouco estudadas. Aparecem mais como apêndices, são eles: os soldados, sempre massificados pelos historiadores; e as estruturas que precedem e coexistem com a guerra, dispositivos de recrutamento, campos de treinamento, destacamentos especializados (logística, comunicação, propaganda, inteligência, etc.), táticas e estratégias de luta. Não é difícil ver que se torna menos completa a reconstrução do período caso não adentrarmos em tudo que faz parte da história que buscamos pesquisar. A tarefa é imensa, por isso erigimos limites dado que o tempo passa e a vida está aí para ser vivida. Fragmentei a história do Quênia focando-me no período entre 1952 e 1960, quando a guerra tomou conta do país. Porém, os limites são frágeis, dado que a história se apresenta cheia de “problemas inextricavelmente misturado e que pode tomar, alternadamente, cem aspectos diversos e contraditórios (Braudel, 1969, p.22).” Devido a isso e tendo em mente que um estudo histórico não é fechado em determinado local e tempo, investi no período anterior ao conflito, caso contrário seria impossível compreender como se realizou aquele estágio (Rodney, 1973, p.4).

A relação entre britânicos e kikuyus, necessária para a compreensão do fenômeno Mau Mau, foi abordada. A dialética do colonialismo, de um lado o colonizador e de outro o colonizado. Ou como mostrou Balandier (2012, p.235), da maioria que é minoritária e da minoria que é majoritária. Entrelaçados num jogo de poder e disputa sobre a terra e o trabalho. Aceito que o poder é

assimétrico, limitado e relativo (Fiori, 2014, p. 18). E que, as questões em relação à “propriedade e o trabalho estão na base de todo o problema social (Senghor, 2012, p. 81)”. Abordei as questões que precederam e fomentaram a luta anticolonial no Quênia. Mas ainda foi preciso elaborar questionamentos sobre o tema: a guerra de guerrilha Mau Mau.

São essas as questões: as pessoas fazem guerra, mas como elas realizam-na? Como elas se organizam para lutar? De que maneira guerreiam no campo de batalha? E como se armam e usam essas armas? Esse mundo, por detrás dos campos de batalha, mas que o influencia, permite o andamento da guerra, seja para vitória ou derrota. E se aparecem nas histórias de cunho militar, surgem como pontos pouco vívidos, isto é, justamente, o que eu tentei evitar. Nós sabemos que a guerra: “[...] não é puro domínio de responsabilidades individuais (Braudel, 1969, p.14)”. A guerra é praticada por grupos de homens e mulheres engajados num objetivo e pertencentes a uma estrutura.

Não cabe a esse trabalho discutir a natureza da guerra ou da violência, mas ele opera dentro do princípio de que os enfrentamentos coletivos são constantes no decorrer da história e, indiscutivelmente, por isso, são importantes. Bem o diga a política externa britânica que entre 1650 e 1950 declarou 110 guerras. Na maior parte, travadas fora do continente europeu. Notavelmente uma potência agressiva e conquistadora (Fiori, 2014, p.54).

Um fato expressivo do século XX foram as lutas dos povos colonizados contra seus colonizadores. O primeiro movimento de libertação do continente africano, conhecido como Mau Mau, ou *Kenya Land and Freedom Army*. Isolado do mundo em sua luta, foi mais que um movimento político, foi um exército guerrilheiro organizado. Ao buscar reconstituir a história de seu modo de operação, também me proponho em contribuir ao estudo da história da África no Brasil.

A guerra, eis o tema. Mais precisamente a guerra entre britânicos e quenianos na tentativa destes últimos em conquistar libertação. Não um conflito simples, da perspectiva de que existem dois grupos bem definidos, lutando de igual para igual em frentes bem visíveis. Mas um complicado embate bélico



entre diversos grupos, tribos, etnias, gerações, magias, propagandas e interesses. Reescrevendo o que a pouco foi fixado: mais precisamente a guerra entre britânicos, seus apoiadores e, em contrapartida, ponderável número de habitantes kikuyus do que hoje é o Quênia.

A Revolta Mau Mau, a Insurgência Mau Mau ou a Emergência do Quênia e que perdurou entre os anos de 1952 e 1960, é um capítulo da história africana pouco conhecido e trabalhado no Brasil. A historiografia sobre o assunto é ampla e toda ela produzida na língua inglesa. Os esforços para se compreender o período Mau Mau, dos motivos do levante, o decorrer do conflito e de seu desfecho, resumidamente, focam-se nas distintas áreas: a questão das terras alienadas pelo britânicos, mas que eram essenciais aos autóctones e os conflitos decorrentes disso; estudos militares e históricos sobre a atuação do exército britânico: suas técnicas, táticas e estratégias; e em menor volume, a história dos movimentos políticos e da resistência no Quênia colonial contra os colonizadores britânicos. Em grande porcentagem, as pesquisas realizadas sobre o fenômeno Mau Mau foram produzidos por mãos inglesas e quenianas. Assim fica clara a preponderância da língua inglesa nessa área, bem como pouca produção sobre estes temas fora das academias do Quênia e do Reino Unido.

A documentação sobre a qual esse trabalho se ampara é datada do período 1952-1960. Reunidas e organizadas pelo historiador queniano Maina Wa Kinyatti, provavelmente são inéditos em pesquisas nacionais. Os registros deixados são da época da guerrilha e escritos por soldados e comandantes. Cartas, registros, minutas de reuniões são exemplos de algumas fontes primárias coletadas por Kinyatti. As possibilidades de trabalho sobre as fontes são imensas e a tarefa realizada foca-se na questão militar deveras presente nos escritos produzidos durante essa guerra de libertação.

A atividade da guerra, de sua concepção a sua efetivação, está ligada ao campo da economia, da política e da diplomacia. Por isso saio do campo militar e entro em questões além dos combates. Isso não significa que haja precisa semelhança entre os conceitos. A guerra é travada por homens e mulheres “cujos valores e habilidades não são os dos políticos e diplomatas.

São valores de um mundo à parte [...]” (Keegan, 2006, p.16). Por isso, ao desvendar o guerrilheiro Mau Mau, compreender suas ações, seu modo de luta e os desfechos de suas atividades, são modos de contribuir à história da guerra e ciências ligadas a ela. Tenhamos, como Uzoigwe (1977, p.22), a convicção de que o campo militar deve ser estudado e compreendido dentro de uma estrutura político social.

E é a isso que esse trabalho se propõe. Cruzar pela história da intromissão britânica na África Oriental; do Quênia Colonial e as relações entre autóctones e colonizadores, com foco no povo kikuyu; entender as formas de organização, resistência e luta dos autóctones; e, deste modo, conseguir compreender a concepção dos guerrilheiros Mau Mau, sua organização, suas atividades militantes e bélicas, pelo que lutavam e o desfecho de sua luta. Assim, fornecer uma análise acadêmica sobre esses processos, o que eles envolvem e suas consequências, criando uma compreensão sobre resistência (Falola, 2007, p 14-15).

## **CAPÍTULO 1 – O DOMÍNIO BRITÂNICO NA ÁFRICA ORIENTAL: POLÍTICA DE TERRAS E TRABALHO NO QUÊNIA COLONIAL, C.1895 – 1950.**

Os povos europeus, bem como os britânicos, se expandiram pelo globo terrestre desde o século XV. Essa expansão, que até meados do século XIX, caracterizou-se pelo domínio dos mares e a influência europeia em áreas costeiras do continente africano se alterou nas décadas finais do século. Os Estados europeus antes atuantes em regiões litorâneas, passaram a conquistar áreas que, mesmo que sobre certo nível de influência, estavam além de seu poder direto. O conhecimento do terreno, dos recursos, das forças e debilidades das sociedades africanas; a superioridade europeia nos recursos materiais e financeiros; as rivalidades internas do continente africano exploradas pelos europeus; e as transformações no domínio da tecnologia, permitiram o avanço das potências ocidentais que tornaram-se colonizadoras da África (Uzoigwe, 2010, p. 44). As conquistas europeias alteraram as relações do continente negro com o restante do mundo.

O leste africano não ficou de fora da partilha da colonização como foi acordado, em 1885, na cidade de Berlim entre as potências ocidentais. A presença britânica pode ser datada de antes da conferência. O território que hoje delimita o Quênia e Uganda era uma zona disputada pelo Império Britânico e pelo Império Alemão. Os britânicos já atuavam na região por meio de missões de cunho cristianizador, humanitário e exploratório. Associações e companhias como *White Fathers*, *Church Missionary Society*, *London Missionary Society*, *African Lakes Company* e *African International Association*, atuavam nas regiões costeiras do Quênia e na ilha de Zanzibar, promovendo interesses que iam além do humanitarismo (Wright, 2008, p.561). Os dois Impérios interessados na região resolveram pacificamente a questão de seus benefícios ao recortar a região entre o que hoje é a Tanzânia e, ao norte, Quênia e Uganda. Da importante cidade portuária de Mombaça, na costa do Oceano Índico, até o interior do continente, entre os povos do reino de Burundi e Bunyoro no lago Vitória e, do retilíneo traçado entre a área de influência alemã e britânica ao sul, até a fronteira norte com o resistente Reino da Etiópia, proclamou-se o protetorado da *British East Africa* (BEA – África Oriental Britânica) em 1895.

A constituição do protetorado foi possível graças aos esforços britânicos em suprimir o Sultanato de Zanzibar e os povos do continente que habitavam as terras interiores do leste africano. Ao mesmo tempo se introduzia o comércio em favor dos interesses da metrópole. Uma série de campanhas militares entre 1888 e 1900 tornou possível a marcha dos britânicos até o lago Vitória (Wright, 2008, p.567). A introdução, em certa medida, do mundo europeu no continente transformou ou erradicou as antigas formas de comércio, de produção e de organização social. Ao final da década de 1890 quase todos os poderes políticos autóctones haviam sido neutralizados através de alianças ou conquistas (Wright, 2008, p.571). Um importante elemento, segundo Mbembe, para a penetração europeia que:

“[...] constitui uma das forças da colonização, para além da imposição militar, foi o facto de existirem agentes locais dispostos a utilizá-la para remodelar a ordem social doméstica em seu proveito” (Mbembe, 2013, p.106,)

O conquistador britânico, novo mestre destas regiões, mostrou sua força e disposição em adquirir o controle dos povos autóctones por meio da violência e da diplomacia. Os colonizadores precisavam da colaboração dos chefes autóctones. No fundo, essa colaboração ocorria na praticidade da troca de benefícios (Ranger, 2014, p.291). Ao determinar unidades de pertencimento em comum aos autóctones, de modo a servir a um propósito colonizador, os britânicos introduziram o governo indireto (Ranger, 2014, p.315). Isso foi necessário porque às autoridades coloniais era importante manter grupos colaboracionistas. Ora favorecendo uma *tribo* em detrimento de outra, ora endossando a autoridade de algum líder, o poder colonizador construía sua hegemonia de maneira indireta. Os britânicos operaram seu sistema administrativo sobre os sistemas nativos (Ogot, 1963, p.252-253). Desde 1902, de acordo com a *Village Headman Ordinance* (Regulamento do Chefe de Aldeia), chefes eram designados e pagos pelos britânicos. Suas tarefas eram manter a lei e a ordem, coletar impostos e suprir trabalhadores á serviço da coroa e seus colonos (Ogot, 1963, p.254).

Assim, a Coroa passou a dirigir os rumos da organização econômica e social dentro dos limites da BEA. A entrada em peso dos britânicos colocou em cena um agente que traria mudanças perpétuas a vida dos autóctones. No

ano de 1895 teve início a construção da Linha Lunática, que ligava o litoral de Mombaça, percorrendo o interior do Quênia até o interior da Uganda, próximo ao lago Vitória. Com um total de 920 quilômetros de extensão, a linha férrea ficou completa em 1901, definindo o papel econômico da BEA e respondendo as estratégias comerciais britânicas (Wright, 2008, p.571-572). As obras da ferrovia foram acompanhadas de conflitos com os autóctones, da introdução de colonos indianos utilizados como mão de obra que, posteriormente foram majoritariamente repatriados para não prejudicar as políticas de terra que os britânicos planejavam – o que será apresentado mais adiante nesse trabalho.

Com a intervenção do colonizador entrou a varíola que exterminou milhares de autóctones (atingindo principalmente os Kikuyus) e se sucederam pestes bovinas que devastaram enormes quantias de rebanhos, prejudicando os pecuaristas Masai. (Wright, 2008, p.576). Mãos hábeis e animais necessários ao modo de vida pré-colonial que perderam-se frente a intromissão britânica. No findar do século XIX ocorreu grande período de fome entre 1898 e 1900, causando uma retração no número populacional dos povos autóctones (Wright, 2008, p.579). Entre as tragédias que acometeram a região a mais visualizada pela historiografia e reconhecida como a mais factual em criar descontentamento e insubmissão é a alienação de terras dos autóctones. Os povos Kikuyo, Luo, Meru, Masai, entre outros, viviam em terras sob controle da Coroa Britânica. Até 1908, o governo da Majestade finalizou as conquistas das regiões mais densamente povoadas nas áreas de Nyanza, Monte Quênia, Província do Quênia e próximas ao lago Vitória (Roberts, 2008, p.652).

O silêncio das armas anunciou subjugação a uma força ocidental que havia derrotado as formas autóctones de guerra, de socialização, de comércio, de religiosidade e de cultura. Uma força racista e segregacionista que, a partir dos primeiros momentos de mando como poder colonial, habilitou leis em detrimento dos povos autóctones e em proveito dos colonizadores. A questão das terras, a disputa por elas e a segregação elaborada pelos colonizadores brancos contra os antigos detentores dela é recorrente por toda a história do Quênia colonial. A história do trabalho assalariado no sistema agrário dos colonos e as opções africanas de agricultura podem ser vistas como as fontes dos diversos confrontos ao longo do século XX entre os

colonizadores e os autóctones (Ndalilah, 2012, p.282). Nesse contexto, a Insurgência Mau Mau, que será apresentada mais adiante, é mais um dos momentos deste longo embate agrário entre colonos e kikuyus – grupo majoritário entre os guerrilheiros Mau Mau (Buijtenhuijs, 1982, p.11).

O governo colonial da BEA, após a consolidação da conquista, partiu para a alienação das terras e a taxação. No período entre 1895 e 1919 se consolidaram as práticas e as leis em favor da agricultura dos colonizadores (Ndalilah, 2012, p.285). É importante deixar claro que essas políticas britânicas visavam fornecer terras atrativas a imigração europeia, regular aonde os autóctones poderiam viver, cultivar e criar animais, e forçar os habitantes nativos da BEA ao trabalho para colonos europeus (Ndalilah, 2012, p.286). Criaram-se impostos sobre as habitações e sobre os habitantes. Esses impostos, além de fornecerem o erário para a administração colonial, faziam com que os autóctones sem terras fossem levados ao mercado de trabalho dado que os impostos tinham que ser pagos em espécie britânica. Restou tornarem-se assalariados ou agricultores arrendatários em fazendas britânicas:

“As exclusive owners of the land, European settlers expected, with political backing of the colonial state, to limit African’s [...] role solely to provision of necessary labour.” (Ndalilah, 2012, p.282.)<sup>1</sup>

Ao ter o estado colonial em seu favor, os imigrantes britânicos conseguiram impor uma nova organização socioeconômica na BEA. No ano de 1907, os colonizadores conseguiram formar o *Kenya Legislative Council* (Conselho Legislativo do Quênia) e mais tarde, em 1911, a *Convention of Association* (Convenção da Associação), uma espécie de parlamento dos colonizadores. Ambas as associações foram formadas para lutar pelos direitos europeus sobre a colônia (Ogot, 1963, p.254). Em acordo com as demandas sobre o trabalho dos colonizados foi constatado que:

“[...] the question of labour became central in Kenya’s political economy. African labourers on the European farms were adversely exploited as clearly manifested in low wages, poor working conditions, arduous tasks, and worse still, the creation of labour camps through

---

<sup>1</sup> “Como donos exclusivos da terra, os colonos Europeus esperavam, com apoio político do estado colonial, limitar o papel Africano somente a provisão de trabalho necessário. (Tradução do autor).”

which labour on European farms was easily forthcoming.” (Ndalilah, 2012, p. 282)<sup>2</sup>

Segundo a *Master and Servants Ordinance of 1910* (Regulamentos de Mestres e Servos de 1910) definiu-se o trabalho em periodicidade numa base diária ou mensal:

“Casual labour made it possible to combine wage labour with African agricultural work. Secondly, it enabled the labourers to remain within their home area to fulfil their cultural and other social obligation.” (Ndalilah, 2012, p.288)<sup>3</sup>

Mas, além do trabalho casual, coexistiram outras formas de labor no Quênia colonial: trabalho compulsório, trabalho de imigrantes (indianos e árabes) e o trabalho de autóctones arrendatários em terras de colonos europeus (Ndalilah, 2012, p.288). A coerção sobre as pessoas na BEA era forte:

“[...] labour-hungry settlers demanded that Africans be deprived of their land, taxed more heavily, or simply compelled to work by law. By large, neither the colonial nor the British Government offered much resistance to such pressure.” (Roberts, 2008, p.659)<sup>4</sup>

Os autóctones eram empurrados pelas taxações europeias ao trabalho assalariado em plantações de colonizadores por diversos dispositivos legais e coercitivos. Além do já citado *Master and Servants Ordinance of 1910*, em 1908, já havia sido adotado uma medida para tentar captar maior suprimento de trabalhadores na forma um imposto que deveria ser pago por homens solteiros acima de dezesseis anos. Em 1912 foi formado a *Labour Comission* (Comissão do Trabalho) que tratava de averiguar as questões da demanda e do suprimento do trabalho (Ndalilah, 2012, p,289). A introdução do capitalismo europeu adequou as massas autóctones às exigências de

---

<sup>2</sup> “[...] a questão do trabalho tornou-se central na política econômica do Quênia. Trabalhadores africanos em fazendas europeias eram adversamente explorados como fica claramente manifesto nos baixos salários, baixa condição de trabalho, tarefas árduas, e ainda pior, a criação de campos de trabalho através dos quais o trabalho em fazendas europeias era facilmente acessível (Tradução do autor).”

<sup>3</sup> “Trabalho casual tornou possível combinar trabalho assalariado com o trabalho na agricultura Africana. Segundo, isso permitiu que os trabalhadores permanecessem em suas áreas residências para cumprir suas obrigações sociais e culturais (Tradução do autor).”

<sup>4</sup> “[...] colonos famintos por terras demandavam que os Africanos fossem privados de suas terras, taxados mais pesadamente, ou simplesmente obrigados a trabalhar por lei. Em larga medida, nem o Governo Britânico nem o colonial ofereceu muita resistência a essa pressão (Tradução do autor).”

produção, comércio e organização social do colonizador. Prática essencial para a transformação desses autóctones, de donos da terra em trabalhadores e arrendatários, foram as políticas de terra que os britânicos praticaram para formar a força de trabalho do Quênia Colonial.

A partir de 1897 os colonos europeus puderam adquirir a concessão de *Crown Lands* (Terras da Coroa) por vinte e um anos. Em 1902 esse tempo subiu para 99 anos e, de acordo com a *Crown Land Ordinance of 1915* (Regulamento das Terras da Coroa de 1915), as concessões foram estendidas para 999 anos (Ndalilah, 2012, p.286). Entre 1904 e 1905 as primeiras reservas foram criadas. Isso quer dizer que os primeiros autóctones cujas terras haviam sido perdidas para os colonizadores, foram transferidos para áreas designadas pelos britânicos (Ndalilah, 2012, p.287). Tais áreas serviam de depósito de força de trabalho bem como local designado de sustento dos modos autóctones de vida cultural, social e econômico, dentro das possibilidades, posto que o período era de submissão. A supremacia dos colonizadores impedia que qualquer ser humano de tez escura tomasse posse de terras, mesmo que desejasse comprá-las. No ano de 1908 os europeus ocuparam 106.000 mil hectares de terra (Ofcansky, 1984, p.137) e no período entre 1905 e 1913 cerca de 11.000 kikuyus perderam terras na região de Kiambu (Roberts, p. 659, 2008). Ao redor de 2,8 milhões de hectares de terra foram alienadas no local de agricultura mais fértil do Quênia (Ndalilah, 2012, p.287). A zona que hoje forma a Província Central do Quênia, com localizações como Nairóbi, Monte Quênia, Nyeri, Kiambu e o Grande Vale do Rift, foi tão ocupada pelos colonizadores que passou a ser conhecida como *White Highlands* (Terras Altas).

Os anos entre 1914 e 1918 foram de guerra no continente europeu e no continente africano contra as possessões coloniais alemãs. A África Oriental Alemã (atual Tanzânia), em fronteira direta com o Quênia Colonial, foi palco de uma campanha terrível em número de baixas entre militares e civis. Recrutamento forçado foi dirigido contra a população autóctone que atuava como carregador dos militares, tanto do lado alemão como britânico, além de formarem a espinha dorsal das forças em conflito na região. Vale dizer que os soldados africanos engajados pelo Império Britânico não pertenciam apenas ao



Quênia Colonial, mas eram procedentes das mais diversas colônias africanas e asiáticas do Império. Os autóctones do Quênia Colonial tiveram maior presença na função de carregadores, onde a mortandade causada pelo conflito atingiu o número de 105.000 no lado britânico (Paice, 2014, p.1). O final do embate não diminuiu as mortes. No mês de 1918, chamado de Outubro Negro, a gripe espanhola causou um número de mortos em torno de 200.000 (Paice, 2014, p.12).

O fim da Primeira Guerra Mundial acabou com as extensões coloniais alemãs e tornou a África Oriental Alemã um território da Coroa Britânica. Para retribuir os soldados que lutaram pelo Império, planejou-se distribuir terras aos veteranos britânicos. Em 1917 foram realizados os preparativos para os novos imigrantes:

“[...] a Land Settlement Commission was appointed which eventually recommended the direct alienation to ex-Soldiers of all available land, free from premium.” (Land Tenure Commission, 1922, p.4.)<sup>5</sup>

A vitória Britânica com tropas de colonizados foi uma vitória para os britânicos. A situação dos autóctones piorou em muitos sentidos. Ao findar das hostilidades em 1918, o *Resident Natives Ordinance* (Regulamento das Residências Nativas) ordenava: “[...] *Africans squatters to work for their landlords for at least six months of the year.*”<sup>6</sup> (Roberts, 2008, p.677). As pressões se intensificaram na questão do trabalho e também na cobrança de impostos:

“In the same year, African taxes were increased by one-third, and the Native Registration Ordinance tightened the grip of both employer and tax-collector by obliging every adult male African to carry a registration certificate.” (Roberts, 2008, p.677)<sup>7</sup>

Em 1920, a BEA mudou de nome e passou a ser chamada de *Colony and Protectorate of Kenya* (CPK - Protetorado e Colônia do Quênia), mas a fome dos britânicos por mais terras dos e a segregação na sua

---

<sup>5</sup> “[...] uma Comissão de Colonização de Terra foi apontada e eventualmente recomendou a alienação direta para ex-soldados de toda a terra disponível, livre de pagamento (Tradução do autor).”

<sup>6</sup> O Regulamento de Residência Nativa ordenava: “[...] arrendatários Africanos ao trabalho para seus senhores de terra por ao menos seis meses do ano (Tradução do autor).”

<sup>7</sup> “No mesmo ano, os impostos africanos foram aumentados em um terço, e a Ordem de Registro dos Nativos apertou o controle do empregador e do coletor de impostos ao obrigar cada homem adulto africano a portar um certificado de registro (Tradução do autor).”

repartição continuava a mesma. No mesmo ano, o número de pessoas inseridas ao trabalho assalariado aumentou muito devido a cooperação dos chefes autóctones locais. Em 1922, um trabalhador autóctone precisava trabalhar quatro vezes mais do que no período de 1910 para conseguir pagar os impostos (Roberts, 2008, p.677). A situação exploratória na questão do trabalho também prosseguiu na questão das terras. Um documento de 1922 atesta a prática segregacionista da divisão de terras: “[...] *the prevention of the transfer of land for the use of one race to another race which the policy is to segregate in another area.*”<sup>8</sup> (Land Tenure Commission, 1922, p.6). As terras mais férteis eram reservadas aos colonizadores e, para melhor desempenho da lei, a comissão ainda propôs:

“If the present policy of segregation of race is to be continued, we consider that the only proper method is the drawing of definite territorial boundaries between the land-holdings of each race and referring to such in the law itself, to insert a provision prohibiting the transfer of land within them to a race other than that for which the land is reserved, [...]” (Land Tenure Commission, 1922, p.6)<sup>9</sup>

O processo de demarcação de terras foi completado em 1926, os autóctones foram retirados das melhores regiões para dar espaço aos assentamentos europeus e sua agricultura (Ndalilah, 2012, p.287). Em 1932 a *Kenya Land Commission* (Comissão de Terra do Quênia), definiu as fronteiras das reservas, que acabou por demarcar o local chamado de *White Highlands*. Os mais afetados foram os povos kikuyus e masai que perderam grandes fatias de terras aos europeus (Ndalilah, 2012, p.287). A segregação de terras era também uma segregação racial que definia a hierarquia social e econômica do Quênia Colonial.

As medidas colocadas sobre a questão da terra e do trabalho ao longo dos anos afetaram efetivamente os kikuyus, grupo majoritário no Quênia colonial e pós-colonial. Suas antigas posses localizadas principalmente na atual Província Central do Quênia, a área de imenso atrativo às populações colonizadoras, foi extensamente alienada. Doravante, os habitantes Kikuyus da

---

<sup>8</sup> “[...] a prevenção da transferência de terra para uso de uma raça para outra raça cuja política é para segregar em outra área (Tradução do autor).”

<sup>9</sup> “Se a presente política de segregação de raça deve continuar, nós consideramos que o único método adequado é o desenho de fronteiras territoriais definitivas entre os possuidores de terras de cada raça e referir a isso na própria lei, para inserir uma provisão proibindo a transferência de terra deles para uma outra raça da qual a terra está reservada, [...] (Tradução do autor)”

Província Central perderam suas terras ao mesmo tempo em que sofriam um processo de proletarização. Os grupos kikuyus ficaram sem terras suficientes e suas reservas tornaram-se super populosas. A introdução do modelo europeu rompeu os modos de vida autóctones - muito dependentes da terra – e alterou-os.

Com as agressões alemãs e japonesas que levaram a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o Império Britânico, ameaçado em muitas frentes (Inglaterra, Norte da África, Extremo Oriente e Índia), além do primeiro apoio do Canadá, África do Sul, Austrália e Nova Zelândia, buscou soldados e recursos em suas colônias africanas e asiáticas. Homens foram recrutados da Cidade do Cabo até Alexandria e das Antilhas até a Índia. Os autóctones do Quênia lutaram nas violentas campanhas de selva da Birmânia contra os japoneses. Entre eles Waruhiu Itote (1922-1993), que ficaria conhecido como General China, e Stanley Mathenge (1919-?), ambos veteranos da campanha da Birmânia e, mais tarde, reconhecidos líderes Mau Mau.

Nada mais natural do que o sentimento de insatisfação em serviço a um governo que pouco retribuía aliado a um sentimento de revolta por tantos anos de exploração e sujeição. O fim da guerra marcou uma reestruturação na ordem internacional e deixou profundas marcas nas posses coloniais das potências ocidentais. A guerra forneceu oportunidades para os movimentos dentro das colônias articularem suas demandas nacionalistas por liberdade e autodeterminação, enquanto um sentimento anticolonial tornou-se mais forte (Ibhawoh, 2007, p.223). Podemos ver que a década de 1940:

“[...] was an era of growing anti-colonial nationalism and colonial regimes across Africa were under intense pressure from organized nationalist movements for independence led by an emergent and articulate class of educated African elites.” (Ibhawoh, 2007, p 224)<sup>10</sup>

Nessa perspectiva, em 1944, foi fundada a *Kenyan African Union* (KAU – União Africana do Quênia), cujo objetivo era reunir os autóctones em defesa da independência do Quênia. O grupo buscava uma maneira constitucional de resolver os problemas do Quênia e entre seus colaboradores

---

<sup>10</sup> “[...] foi uma era de crescente nacionalismo anticolonial a os regimes coloniais através de África estavam sob intensa pressão de movimentos nacionalistas organizados para a independência e liderados por uma emergente e articulada classe de elites africanas educadas (Tradução do autor).”

estavam diversos nomes, como Jomo Kenyatta (1891-1978), que seriam politicamente prevaletentes no Quênia pós-independência. Em 1948, cerca de um milhão de kikuyus estavam restritos a 5.200 quilômetros, enquanto que 30.000 colonos europeus ocupavam 31.000 quilômetros quadrados na região central do Quênia (Alao, 2006, p.6,). O que resulta numa discrepante diferença de 192 kikuyus por quilômetro quadrado e cerca de um colono europeu para cada quilômetro quadrado. Em outubro de 1949 foi apresentado o *Kenya Plan* (Plano do Quênia) pelos colonos europeus. O devido plano tratava da permanência dos assentamentos europeus e da liderança irrefutável dos colonos brancos, enquanto que negava o direito dos autóctones e dos asiáticos de elegerem seus próprios representantes (Maxon; Ofcansky, 2014, p.91). O passar dos anos viu aumentar a pressão sobre os autóctones. As buscas por soluções constitucionais se mostraram infrutíferas. Em 1951, o secretário colonial britânico apresentou um plano para o Conselho Legislativo da colônia que distribuía 14 vagas para representantes de uma população europeia de 30.000 habitantes, 6 vagas para uma população de 100.000 asiáticos, 1 vaga para 24.000 árabes e 5 vagas para representantes de uma população de 5 milhões de africanos. A situação era clara:

“From the moment this proposal was made, the black population became convinced that a peaceful resolution of the socio-economic and political situation in Kenya was no longer possible, and extensive plans toward organized armed revolt against imperial rule were formulated.” (Alao, 2006, p.7.)<sup>11</sup>

Da KAU saíram os líderes e os guerrilheiros Mau Mau que travariam guerra no Quênia Colonial entre 1952 e 1960. O medo do colonizado e a preocupação do colonizador em manter essas populações alienadas e desorganizadas não era novidade. Um tema recorrente na propaganda alemã da Primeira Guerra era o medo do uso de africanos no conflito dos homens brancos:

“If African and Asian soldiers were trained in the handling of modern arms, if they were brought to Europe and saw the white nations fighting against each other, and if they were even allowed to participate in these battles and experience of vulnerability of the white

---

<sup>11</sup> “A partir do momento em que essa proposta foi feita, a população negra tornou-se convencida de que uma resolução pacífica da situação sócio-econômica e política no Quênia não era mais possível, e extensos planos para uma revolta armada organizada contra o governo colonial foram formulados (Tradução do autor).”

man, then they would lose their respect once and for all. After the war, they would turn their weapons against their own masters and remove colonial rule (Koller, 2008, p.124).<sup>12</sup>

Como que profeticamente, a propaganda acertou. Com ressalva de algumas décadas os africanos lutariam para expulsar o controle colonial. Não por apenas terem visualizado a vulnerabilidade do homem branco em guerras europeias, mas por estarem por décadas numa situação que a cada ano se tornava mais intolerável e com cada vez menos esperança de uma solução constitucional, pacífica e capaz de resolver os problemas face aos intransigentes colonizadores.

---

<sup>12</sup> “Se soldados africanos e asiáticos forem treinados no manuseio de armas modernas, se eles forem trazidos a Europa e virem as nações brancas lutando entre si, e se eles forem até mesmo permitidos a participar nessas batalhas e experimentarem da vulnerabilidade do homem branco, então eles perderiam seu respeito de uma vez por todas. Depois da guerra, eles tornariam suas armas contra seus próprios mestres e removeriam o controle colonial (Tradução do autor).”

## **CAPÍTULO 2 – ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS KIKUYUS: DA FORMULAÇÃO DA RESISTÊNCIA AOS BRITÂNICOS À DECLARAÇÃO DA EMERGÊNCIA, C.1920 – 1952.**

A soberania Britânica não era inquestionável nem era inquebrantável. As medidas introduzidas em benefício da Coroa e dos colonizadores não encontravam lassidão. Muito pelo contrário, mesmo em meio à submissão, havia espaço e formas de gerir a resistência e insubmissão (Mbembe, 2013, p.66). Os movimentos políticos quenianos possuem uma longa história de resistência que pode ser traçada a partir das primeiras organizações que reuniram grande contingente populacional, promoveram agitação, promoveram os interesses autóctones e politizaram amplo número de pessoas, engrenando-os em desfavor do poder colonizador. Para compreender o fenômeno Mau Mau é necessário estar atento a história política queniana do período colonial. As reivindicações, modos de operação, bases sociais e as lideranças Mau Mau foram gestados dentro dos grupos que precocemente atuaram pela soberania autóctone. Nós devemos ter claro em nossas mentes que os autóctones foram agentes ativos e que o caminho para a revolta armada foi longo. No período posterior a Primeira Guerra Mundial uma geração nascida no colonialismo e descontente operou as primeiras manobras políticas.

O operador de telefone do Tesouro de Nairóbi e educado em escola missionária, Harry Thuku (1895-1970), liderou o primeiro forte movimento kikuyu. Empurrados pela redução dos salários no período pós-Primeira Guerra, os kikuyus da região de Nairóbi reuniram-se para formar uma organização que abriu espaço para se colocar em pauta as demandas kikuyus. Em 11 de junho de 1921 foi publicado num jornal a formação da *Young Kikuyu Association* (YKA – Associação dos Jovens Kikuyus). A organização tratou de espalhar a palavra entre os kikuyus e organizá-los para pressionar as autoridades coloniais. Nas reservas, onde grande extrato da população kikuyu estava, realizaram-se manifestações com até cinco mil participantes (Kilson, 1955, p.138-140). Em 15 de março de 1922, Thuku foi preso devido as suas atividades. Levado para Nairóbi, a população cercou o lugar de detenção onde, acampou, protestou e cantou músicas de apoio a Thuku. A movimentação aumentou nas 24 horas seguintes reunindo até oito mil pessoas e decretando-

se uma greve geral, no dia 16 de março, que foi bem acolhida pela população kikuyu. Para resolver o problema as autoridades britânicas prometeram um julgamento justo a Thuku enquanto reforçava o policiamento. Um tiro disparado por um policial foi o suficiente para que se iniciasse o conflito: pedradas, tiros, desordem, um saldo de 21 mortos mais o fechamento da YKA (Kilson, 1955, p.142-143). Não era mais possível barrar o ímpeto dos autóctones em se reunirem em associações de cunho político para pautar suas demandas e agrupar a força do seu grande número populacional. Os britânicos jamais cederiam às demandas de terra, direitos e autonomia. Pelo contrário, sempre buscariam a supressão das organizações autóctones sem fornecer solução a situação que os empurrava a agitação política.

A supressão da YKA ocorreu sobre seus membros e suas movimentações, mas não sobre as causas do desagrado dos autóctones. No ano de 1922 formou-se a *Kikuyu Central Association* (KCA – Associação Central Kikuyu) pelos membros da YKA que ficaram de fora das grades. O objetivo era recuperar as terras (Kilson, 1955, p.143-144). Diferente da YKA que tinha suas bases entre os kikuyus, a KCA foi além. Ela trabalhou pelos africanos de todo o oeste da colônia. Como consequência: “[...] *the Kikuyu Central Association developed into what was probably the strongest and most influential political organization in East Africa*<sup>13</sup> (Kilson, 1955, p.145-146).” A KCA foi de veras importante para a história dos movimentos políticos do Quênia dado que se articulou entre os mais diversos grupos da colônia, politizando-os, instruindo-os sobre a situação e proporcionando alento às esperanças autóctones. Em 1940, em meio à guerra e a um crescente nacionalismo queniano, os britânicos fecharam e proibiram a KCA e seus líderes foram presos (Kilson, 1955, p.147). Mais uma vez os colonizadores atacavam as associações, mas não resolviam os problemas nem respondiam as demandas autóctones.

Em 1944 foi fundada a KAU sob liderança de Jomo Kenyatta. Indo além das organizações políticas prévias a KAU buscou resolver a questão das terras alienadas, buscou representatividade no *Kenya Legislative Council*

---

<sup>13</sup> “[...] a Associação Central Kikuyu se desenvolveu no que foi provavelmente a mais forte e influente organização política no Leste Africano (Tradução do autor).”

(Conselho Legislativo do Quênia) e buscou melhores condições de saúde, educação e um governo africano autônomo (Kilson, 1955, p.148). A busca deveria ocorrer por meios constitucionais, mas isso sempre foi solapado pela supremacia dos colonizadores nos assuntos jurídicos, econômicos, legislativos, políticos e sociais. A KAU ofereceu politização aos autóctones e pautou, por meio de suas conferências e reuniões, as demandas e os objetivos de uma população insatisfeita.

Em documento datado entre 1953 e 1954, um movimento criado por pessoas que foram ligadas ao KAU lançou novas regulações que deveriam se dirigir a todo o Quênia Colonial, desafiando o poder colonial. Antes de apresentar as diretrizes eles anunciavam, com semelhança às antigas propostas que:

“The Europeans who govern Kenya and their government have killed many Africans and stolen their property – cattle, sheep, goats and land. They have enacted anti-African laws, and they have justified the burning down of many African homes; they have illegally removed many of our compatriots from their land. These sinister acts have caused great suffering and many deaths amongst our people, suffering which we shall never forget or forgive.”<sup>14</sup> (New National Regulations, c.1953-1954)

No ano de 1952 a KAU, cerca de um ano antes deste documento, foi fechada depois de oito anos de funcionamento e suas lideranças foram aprisionadas. O motivo: se tornou visível no horizonte a revolta de um grupo guerrilheiro que ficou conhecido como Mau Mau.

## **2.1 - A FORMAÇÃO DO KENYA LAND AND FREEDOM ARMY**

Ideologicamente, as bases das mentalidades que formaram o cerne político do *Kenya Land and Freedom Army* (KLFA – Exército Terra e Liberdade do Quênia) podem ser encontradas nas organizações políticas kikuyus que precederam a formação do exército. Junto do ato de arregimentar pessoas às causas autóctones, ao informá-las e politizá-las, os grupos políticos ofereciam critérios de percepção do mundo, de princípios de construção da realidade

---

<sup>14</sup> “Os europeus que governam o Quênia e seu governo mataram muitos africanos e roubaram suas propriedades – gado, ovelhas, cabras e terra. Eles promulgaram leis anti-africanas, e eles justificaram a queimada e derrubada de muitas casas africanas; eles, ilegalmente, removeram muitos compatriotas de suas terras. Esses sinistros atos causaram grande sofrimento e muitas mortes entre nosso povo, sofrimento que devemos jamais esquecer ou perdoar (Tradução do autor).”



social e, mais do que tudo, proclamavam uma verdade que destoava da versão do poder colonial, que ordenava o mundo de acordo com os desígnios do colonizador (Mbembe, 2013, p.28). Na história dos movimentos políticos kikuyus, com o passar das décadas, foram se agregando cada vez mais demandas, a principal delas sobre as terras. Liberdade, representação política, autonomia e expulsão dos colonizadores, foram demandas que acompanharam organizações e associações pré KLFA. A movimentação política foi um modo de adquirir força para a causa do KAU e, mais tarde o KLFA, a outra era uma maneira peculiarmente africana: a magia.

A prática da magia é recorrente e importante em diversas comunidades africanas, entre elas, os kikuyus. A magia pode ter propósitos diversos, sendo eles econômicos, militares, coletivos ou individuais. As magias servem para defesa, destruição e cura. Mais do que uma prática cultural relevante à sociedade kikuyu, no contexto de insurgência, a magia reforçava importantes valores e morais úteis à causa anticolonialista (Nyabwari; Kagema, 2014, p.12-13,). A magia normatizava valores e mantinha a ordem entre os lutadores kikuyus. Funcionando como uma lição de não conformidade, a magia proporciona coesão dentro da sociedade e das fileiras de guerrilheiros. Porque aquele que foge das regras estará condenado pelas normas implicadas pela magia, podendo ser morto por sua quebra com a coesão (Nyabwari; Kagema, 2014, p.14,). O uso dessa poderosa feitiçaria acontecia em um juramento muito eficiente em seus propósitos políticos e militares entre os kikuyus rebeldes.

Desde 1946 vinha ocorrendo o uso de um juramento que possuía um uso político (Buijtenhuijs, 1982, p. 10-11,). Envolto em mistério e magia, esse juramento ocorreu entre os membros da KAU, mas demorou a tornar-se uma ferramenta radical. Somente no período entre 1948 e 1949 o juramento tomou um rumo mais radical e mais amplo entre a população kikuyu (Buijtenhuijs, 1982, p. 25). É importante saber que o juramento criado dentro da KAU, uma associação majoritariamente kikuyu e formada nas suas tradições e história, não cabia aos outros grupos autóctones do Quênia colonial. Meru, Embu, Masai, Luo, todos estes tiveram apenas uma pequena participação nas organizações e nas lutas anticolonialista kikuyu e Mau Mau. O juramento era repleto de simbolismo e pode ser visto como uma profusão de toda a cultura

kikuyu. O ritual de juramento não era imutável e ao longo do tempo passou por diversas mudanças e adequações as situações. Aquele que passasse pelos trabalhos que o tornavam apto a confiança estava a um passo da resistência armada, porque a magia envolta no juramento tirava do envolvido a passividade do dia-a-dia de um kikuyu ordinário, dado que esse se transformava num agente político e militar da luta de libertação. Podemos entender o juramento como: “[...] responsible for a good level of military cohesion within the fighters.”<sup>15</sup> (Alao, 2006, p.4).” Mas o juramento e a magia em si não conseguiam as terras de volta. Os insurgentes sabiam que: “In order to win the war, they relied on the unity within the movement, the protection of the Forest and on real fire-arms. Not on the oath as such.”<sup>16</sup> (Buijtenhuijs, 1982, p.102).”

Quem eram os homens e mulheres que participaram dos movimentos políticos kikuyus que antecederam e formaram o KLFA? Essa é uma importante pergunta para se compreender o recrutamento e quem eram as pessoas que se juntaram ao movimento. No período da Segunda Guerra Mundial, 13.291 kikuyus lutaram no lado britânico (Buijtnhuijs, 1982, p.74). Já foi dito que as recompensas pelo serviço prestado a Coroa foram insatisfatórias e certa quantia destes homens tomou partido contra os colonizadores. Stanley Mathenge, veterano da campanha de Burma e líder guerrilheiro Mau Mau, foi um destes. Mas esse grande contingente de pessoas com experiência militar não eram maioria. Grande parcela dos homens e mulheres que compuseram as fileiras guerrilheiras do KLFA pertenciam aos extratos mais pobres da colônia. Sob a esperança de retomar as terras, os grupos de arrendatários e trabalhadores, em grande número, aderiram ao KAU e subseqüentemente ao KLFA. Diferente das lideranças esses recrutados eram, em geral, analfabetos ou semianalfabetos. Como em qualquer período belicista a maioria dos envolvidos eram homens jovens. A contribuição feminina como a participação dos mais velhos foi minoritária, mas não menos importante (Buijtnhuijs, 1983, p.49). As lideranças do KLFA sempre tiveram uma formação mais relevante

---

<sup>15</sup> “[...] responsável por um bom nível de coesão militar entre os lutadores (Tradução do autor).”

<sup>16</sup> “A fim de ganhar a guerra, eles contaram com a unidade dentro do movimento, a proteção da Floresta e em armas de fogo. Não no juramento como tal (Tradução do autor).”

que os outros extratos sociais do Quênia colonial. Com preponderância sobre os outros autóctones, seja por uma tradição pré-colonial ou europeia (dado o governo indireto britânico e suas indicações de chefias, mais a educação fornecida em escolas missionárias a essa elite), as direções das organizações kikuyus estiveram sempre em mãos de autóctones com condições intelectuais e materiais superiores aos demais habitantes naturais da colônia. E isso pode ser referido às organizações pré KLFA, como YKA, KCA e KAU. Ainda há que se trabalhar com o fato de que muitos dos que ingressaram ao KLFA pertenciam às parcelas mais miseráveis da sociedade colonial, aqueles desprovidos de níveis econômicos dignos.

Um grupo formado em 1946 e chamado de *Anake wa Forty* (Os Guerreiros de 1940) possuía, entre seus membros, desempregados, ex-soldados, prostitutas, ladrões e comerciantes insignificantes. Esse grupo se expandiu pelas áreas urbanas de Nairóbi e por toda a Província Central, até mesmo ao Vale do Rift (Buijtenhuijs, 1982, p.14-15). O grupo teve entre seus integrantes Stanley Mathenge, Warihiu Itote (mais conhecido como General China) e Kariuki Chegge (mais conhecido como General Kago), todos, mais tarde, líderes Mau Mau. O *Anake wa Forty* não possuía uma plataforma política elaborada como o KAU, mas mesmo assim arregimentava as pessoas na resistência contra o colonialismo por meio de greves e manifestações (Buijtenhuijs, 1982, p.16). Mesmo ao não perdurar, porque o grupo acabou no ano de 1948, seus antigos membros não abandonaram as atividades políticas. Tornaram-se militantes do KAU e é provável que grande contingente entrou para a guerrilha com a declaração da emergência em 1952 (Buijtenhuijs, 1982, p.16-17).

A KAU conseguiu, no período entre 1948 e 1950, por meio de negociações, associar-se e fazer com que passassem pelo juramento outro grupo que militava contra os britânicos (Buijtenhuijs, 1982, p.12-13). Associados e juramentos, esses homens denominaram-se *Action Group* (Grupo de Ação). O pessoal deste grupo tomou, desde sua formação, um caminho diferente do trajeto constitucionalista do KAU. Podemos argumentar que seus integrantes buscavam uma solução menos pacífica a resolução dos problemas kikuyus. No ano de 1950 o *Action Group* iniciou, por meio de roubos

e compras, a coleta de armas e munições ao mesmo tempo em que elaborava planos para utilizá-los (Buijtenhuijs, 1982, p.13). Mas, possivelmente, recrutas vinham sendo treinados desde 1949 (Alao, 2006, p.43).

Os militantes mais dispostos à resistência armada não eram os educados em escolas, não possuíam alto grau de instrução, nem ascendência relevante nas tradições kikuyus. A maioria estava à margem da sociedade. No decorrer do tempo, até a declaração da emergência pelos britânicos, disputas internas desestruturariam a união dos kikuyus. Porém é de grande relevância estes grupos pré KLFA que foram a incubadora dos futuros guerrilheiros. Nesse cenário foi se desenhando a estrutura do KLFA. A divisão era clara, de um lado uma liderança de intelectuais, políticos e profissionais com conhecimento técnico, de outro, desempregados e marginais. Os primeiros, mais do que os segundos, tinham mais a perder nessa aposta de luta armada contra os colonizadores do que aqueles marginalizados. Indo mais além nessa fratura interna é recorrente a tensão entre gerações. O movimento Mau Mau é majoritariamente composto por jovens, enquanto que as lideranças do KAU eram mais velhos. As gerações mais jovens culpavam as anteriores por terem falhado na defesa das terras e de uma melhora na vida dos autóctones e dos kikuyus. Isso não significa que os jovens rebeldes se insurgiram contra os precedentes kikuyus, mas que romperam com seus métodos vistos como ineficientes, enfraquecendo a autoridade dos velhos líderes (Buijtenhuijs, p. 182, 1982). Uma antiga canção Mau Mau, chamada de *Tell The Elders to Keep Quiet* (Diga aos Anciãos que Fiquem Quietos), dizia o seguinte:

“Tell the elders to keep quiet  
They let our land be taken  
Tell the young to rise up in arms  
So that this land may be returned to us”<sup>17</sup>

A cisão na organização levaria o segundo grupo a forma mais radical de enfrentamento ao colonizador britânico, enquanto que o grupo de intelectualizados não aderiu à insurgência (Buijtenhuijs, 1982, p.76).

---

<sup>17</sup> “Diga aos anciãos que fiquem quietos / Eles deixaram nossas terras serem tomadas / Diga ao jovem que pegue em armas / Para que essa terra retorne para nós (Tradução do autor)”

Sabendo do juramento em massa que vinha ganhando cada vez mais terreno entre os kikuyus e atos de violência que ocorriam esporadicamente, no dia 20 de outubro de 1952, o governo colonial declarou o estado de emergência. Soldados foram requisitados à Coroa e tropas coloniais foram mobilizadas. No dia seguinte à declaração foi desfechada a operação *Jock Scott*, que fechou as associações autóctones e prendeu as lideranças do KAU (Alao, 2006, p.52). Os líderes mais jovens do extrato marginalizado que liderariam a guerra contra os britânicos, o governo colonial e os apoiadores, escaparam da prisão e prosseguiram a luta por terra e liberdade.

### **CAPÍTULO 3 – O CAMINHO PARA A LIBERTAÇÃO: ORGANIZAÇÃO, ESTRATÉGIA E LOGÍSTICA DA GUERRA DE GUERRILHAS DO KLFA**

A operação *Jock Scott* visou prender os líderes da revolta que vinha se formando, mas foi mal sucedida em ceifar os desejos e esperanças de mudança que já tomavam conta de grande contingente populacional kikuyu. Conseguiu prender as lideranças intelectuais, mas que já não tinham o controle dos mais jovens - os futuros guerrilheiros. Os locais de mais fácil acesso, de policiamento mais constante e sede do poder colonial eram as cidades, principalmente a capital da colônia, Nairóbi. Grupos como *Anake wa Forty, Action Group* e o próprio KAU, eram majoritariamente urbanos. Isso não impediu que atingissem os arredores da cidade e *White Highlands*. As primeiras operações britânicas focaram-se nos centros urbanos, dificultando as atividades do KLFA, mas sem dar um basta aos rebeldes. Não acabou com o grupo, empurrou-o para fora dos grandes centros urbanos. O ano de 1952 foi o mais calmo da insurgência. Devido ao baixo número de armamentos, de combatentes treinados e organização incipiente para a luta armada, as ações de maior escala e intensidade de cunho guerrilheiro na floresta, só iniciaram em 1953 (Alao, 2006, p.46).

Como criar e gerir uma insurgência em meio a uma região controlada pelo inimigo? Esse foi um desafio presente por todo o período da Insurgência Mau Mau. Devido a isso é possível compreender a escolha por um modo de luta descentralizado, baseado em ataques e fugas, em alta mobilidade e velocidade e em ações sorrateiras. Os britânicos se moveram militarmente primeiro, declarando a emergência, efetuando prisões e colocando as tropas nas ruas para reprimir. Mas estavam atrasados em realidade, era tarde demais, o fogo da revolta já havia se espalhado.

Encontros e discussões no ano de 1952 firmaram Stanley Mathenge como líder do KLFA e reconheceram oito exércitos e suas respectivas áreas de operações (Alao, 2006, p.16). Apenas em 1953 foi decidido criar um centro de comando geral e supremo do KLFA, o *Kiama Kia Wyathi* (Conselho da Liberdade). No mesmo ano, no mês de abril, o comitê foi descoberto e quinze de seus membros foram presos. Logo, foi reorganizado outro comitê onde a liderança era formada por um membro de cada reserva kikuyu. Ligado a esse

conselho de comando estavam os diretórios de assuntos militares, cuja principal função era conseguir recrutas e recursos para os guerrilheiros (Alao, 2006, p.15).

As reuniões eram constantes, sempre à noite e, dado que ocorriam em área urbana, sempre havia risco devido à presença do governo colonial. As forças legalistas e britânicas pressionaram até o ponto em que o comitê foi obrigado a mudar de nome e de localização, em setembro de 1953, passando a se chamar *Kenya Parliament* (Parlamento do Quênia) enquanto se retirava para fora da urbanidade. A função deste órgão era ser “[...] the backbone of the struggle; its primary tasks was to guide and direct our war efforts, and to strengthen our military and political leadership (Minutes of the Kenya Parliament, 1954, p.32).”<sup>18</sup>

Historicamente, os kikuyus sempre se organizaram politicamente, para tomada de decisões e planejamentos, em conselhos. *Kiama*, ou conselho de anciãos, era o local dos guerreiros aposentados que formavam o principal órgão governamental. Os kikuyus eram, em tempos pré-coloniais, um povo sem estado ou reino, que se organizavam numa sociedade horizontalizada onde as decisões eram compartilhadas (Uzoigwe, 1977, p.28). Esse padrão vai se repetir em diversas células guerrilheiras do KLFA, onde o comando está a cabo de um grupo de pessoas. Isso parece se alterar, na cultura kikuyu como um todo, com a intromissão britânica. Os kikuyus, no decorrer de suas organizações ao longo da sua história política, vão recorrer a um arranjo centrado mais numa figura individual de poder e autoridade. Ainda que, isso seja verdade, os conselhos não deixaram de existir mesmo quando alguns comandantes guerrilheiros tornaram-se proeminentes na luta anticolonial.

No mesmo momento era cada vez maior o número de soldados arregimentados nas florestas da área central (Anexo A) (Alao, p.16, 2006). A pressão sobre os kikuyus foi responsável pelo fato de muitos lançarem-se a luta anticolonial. Nas palavras de Dedan Kimathi sobre o fato:

---

<sup>18</sup> “[...] a espinha dorsal da luta; sua primeira tarefa era de guiar e dirigir nossos esforços de guerra, e fortalecer nossa liderança política e militar (Tradução do autor).”

“Because of the [Colonial] Government’s policy of moving people without any consideration, and of harrassing them in the Reserves, many people have come to the forest for fear of being killed or badly beaten. As a result, Mau Mau has increased a thousand times and now I am glad that I have many soldiers.

When KAU was proscribed, I congratulated the [Colonial] Government because I received many askaris. Many Africans who were confined in Nairobi said they had been given a good reason to follow me in the forest (An Open Letter to the British Authoriteies, Field Marshall Dedan Kimathi, 1953, p.57)”<sup>19</sup>

A organização de comando, mesmo com a formação do *Kenya Parliament*, tornou-se menos centralizada. A presença constante da repressão britânica dificultava os encontros, a comunicação, o abastecimento e o recrutamento. Nesse contexto, foi dado mais autonomia aos grupos guerrilheiros do KLFA. Nessa situação é relevante deixar claro que cada célula de luta na floresta formou diferentes hierarquias, disciplinas e estrutura, mas que, de maneira geral, foram erigidas sob ordens integrais redigidas pelo *Kenya Parliament*.

Passado o período inicial, de outubro de 1952, quando a organização era precária, até meados de 1953, quando o KLFA se tornou eficazmente organizado, teve início as operações militares características do movimento. Quando a operação *Jock Scott* engrossou a vigilância em Nairóbi, o KLFA organizou seus exércitos fora do alcance das forças colonialistas. Ao fazer isso mudou a paisagem das ações, trocando o ambiente urbano para o campo e as florestas (Anexo B). Isso facilitou a sobrevivência do movimento, mesmo que causando empecilhos, as dificuldades foram encaradas com originalidade.

Os antigos grupos, *Anake wa Forty* e *Action Group*, que atuaram no furtivo roubo e compras de armas e equipamentos, deixaram um arsenal, porém difícil de mensurar. Um número entre 200 e 400 armas foram adquiridas entre os anos 1948 e 1952 (Buijtenhuijs, 1982, p.38).

---

<sup>19</sup> “Devido a política do Governo [Colonial] de mover pessoas sem qualquer consideração, e de perturbá-las nas Reservas, muitas pessoas tem vindo para a floresta por medo de ser assassinado ou severamente espancada. Como resultado, Mau Mau tem aumentado milhares de vezes e agora eu estou feliz que eu possuo muitos soldados. Quando o KAU foi proscrito, eu congratulei o Governo [Colonial] porque eu recebi muitos askaris. Muitos africanos que estavam confinados em Nairóbi disseram que tinham uma boa razão para me seguir na floresta (Tradução do autor).”



É notável que o número de armas para o combate era limitado. Os guerrilheiros do KLFA, em seus campos, recorreram à construção de armamentos. Segundo a diretiva número doze do Regulamento de Campo de Guerrilha: “*A guerrilla unit must construct its own gun-factory* (Guerrilla Camp Regulations, c.1953, p.22).”<sup>20</sup> E isso foi prática recorrente entre os lutadores engajados. Além do roubo de armas, os guerrilheiros produziram seus próprios fuzis e revólveres com os mais distintos itens encontrados. Quanto a durabilidade e confiança da arma, podiam não ser das melhores. A preocupação com as armas de fogo foi recorrente por todo o período belicista. Em documento do líder guerrilheiro Dedan Kimathi, vemos a preocupação com a falta e em conseguir mais armamentos e munição:

“We are desperately in need of ammunition, particularly for the .303 rifles. Try get some for us. Also tell Major Jeriko to provide us with grenades. I understand he has more than five. (Letter from Dedan Kimathi to Commander Magu, 1953, p.81)”<sup>21</sup>

O assunto dos armamentos, sua falta, manutenção e construção eram recorrentes entre os combatentes:

“Speaking about firearms and ammunitions, Col. Wachiira said that the rules demanded the arming of each guerrilla fighter, otherwise the whole exercise would be a big joke. He said that although our main source for guns and ammunition was the enemy himself, it was the duty of each guerrilla fighter to try to make a new rifle. If he did not know how to make one, he should consult the gun experts. As for ammunition, Colonel Wachiira wondered why our gun-experts had not yet discovered how to manufacture them. (Minutes of the General Meeting of the Sixth KLFA Column under General Commander Muthui, 1954, p.37)”<sup>22</sup>

Por isso armas tradicionais também eram empregadas pelos guerrilheiros do KLFA. Lanças, *simis* (espadas longas), *kibocos* (chicote de

---

<sup>20</sup> “Uma unidade guerrilheira deve construir sua própria fábrica de armas (Tradução do autor).”

<sup>21</sup> “Nós estamos desesperadamente em necessidade de munição, particularmente para os rifles .303. Tente conseguir algumas para nós. Também diga ao Major Jerikko que nos forneça granadas. Eu sei que ele tem mais de cinco (Tradução do autor).”

<sup>22</sup> “Falando sobre munições e armas de fogo, Col, Wachiira disse que as regras demandam que cada guerrilheiro seja armado, caso contrário todo o exercício sera uma grande piada. Ele disse que apesar de nossa principal fonte de armas e munições seja o próprio inimigo, era dever de cada guerrilheiro tentar fazer um novo rifle. Se ele não sabe fazer um, ele deve procurar um especialista em arma. Quanto a munição, Coronel Wachiira se perguntou porque nossos especialistas em arma ainda não descobriram como manufaturá-las (Tradução do autor).”

couro de rinoceronte) e *pangas* (espécie de facão) (Anexo C) complementavam o equipamento de um combatente Mau Mau (Alao, 2006, p.43).

As armas de fogo de fabricação própria eram feitas de maneira rudimentar. Canos de metal, madeira encontrada nas florestas e trabalhada pelos artesãos responsáveis foram utilizadas. Trincos de porta como ferrolho para as armas, molas e elásticos de diversas procedências (Anexos D e E) além de peças de bicicletas eram utilizadas (Ireland, 2011). As mais simples não passavam de um cano de metal do diâmetro do cartucho que era disparado ao se bater uma pedra contra a munição (Anexo F). Não é difícil de visualizar que os armamentos eram pouco eficazes e, muitas vezes, perigosos a quem o manuseava.

Indubitavelmente, as armas como *simis* e *pangas* eram utilizadas no combate corpo a corpo. Mas os inimigos, armados com rifles, fuzis e pistolas, dificilmente seriam pegos em proximidade. Uma tática do guerrilheiro Mau Mau era utilizar o fuzil de fabricação própria para matar sentinelas e guardas e partir para o ataque corpo a corpo sobre os membros restantes que, com sorte, seriam pegos de surpresa (Ireland, 2011). Quanto às armas brancas, os soldados do KLFA possivelmente utilizaram alguns tipos de venenos em suas lâminas e flechas.

Os guerrilheiros do KLFA eram treinados no uso dessas armas brancas. Um dos médicos britânicos durante a Insurgência que examinou 210 corpos de vítimas dos guerrilheiros observou um padrão. Cerca de dois terços, ou 140 pessoas, foram mortos com cinco ou seis golpes de *panga* na cabeça e pescoço (Buijtenhuijs, 1982, p.105). Um método rápido e eficiente, impedindo reação, dado que atua sobre áreas sensíveis do corpo.

As armas mais eficientes existiam em baixo número entre os combatentes do KLFA. Lee Enfield .303, Sten Mk5 e rifles X8E1, utilizados pelos britânicos e seus apoiadores, eram raros entre os guerrilheiros, bem como suas munições. As armas produzidas pelos membros do KLFA tentavam emular os armamentos britânicos. Sem o grande êxito da produção industrial e técnica, mas ainda assim o suficiente para se fazer guerra. Pode-se dizer que as armas eram produzidas com bastante perícia, posto que KLFA situava-se

isolado sem apoio externo nenhum a sua causa. Presumivelmente, os guerrilheiros atuavam com diferentes armamentos em seus grupos, já que não havia grande disponibilidade de armas para todos. O trabalho em grupo, a cooperação e ser um guerreiro menos individualizado eram características necessárias para o bom andamento da luta anticolonial nesse contexto de escassez.

Um guerrilheiro do KLFA não lutava sozinho. A organização militar visava os destacamentos do exército da seguinte maneira: batalhão, entre 300 e 500 homens; companhia e/ou seção, entre 100 e 250 homens; e pelotão, entre 50 e 100 homens (Alao, 2006, p.45). A presença britânica foi sentida também num viés militar dado o grande número de soldados e oficiais que se fizeram presentes nas missões coloniais. O exército sempre esteve presente nas funções policiais e governamentais nas colônias. Outra razão para a incorporação das nomenclaturas e da organização militar europeia entre os guerrilheiros kikuyus foi a ocorrência de guerras em que os autóctones foram recrutados, treinados e equipados como unidades britânicas e lutaram em favor da bandeira do Reino Unido. Disciplina, cadeia de comando e ordem eram fundamentais. O KLFA organizava-se dentro de uma tradição militar hierárquica europeia: marechais, generais, coronéis e tenentes eram patentes recorrentes entre os guerrilheiros. O número de combatentes do KLFA oscilou em torno de 25 a 30 mil guerrilheiros entre os anos 1952 e 1956 (Buijtenhuijs, 1982, p.49).

Como exército, a organização dos guerrilheiros dependia de bases de operações cujas funções iam além da fabricação de armas. É imprescindível conhecer as bases para compreender a guerra de guerrilhas na particularidade Mau Mau. Um comandante do KLFA, Muthui, para a construção de um campo guerrilheiro, recomendava:

“[...] a camp should be constructed in a strategic position and it should be guarded at all times. Sentries should be positioned a mile away in all directions. The camp must be self-sufficient in food, medicine and firearms. It must also have its own hospital. (Minutes of the General Meeting of the Sixth KLFA Column under General Commander Muthui, 1954, p. 39)”<sup>23</sup>

---

<sup>23</sup> “[...] um campo deve ser construído em uma posição estratégica e deve ser vigiado todo o tempo. Sentinelas devem ser posicionadas a distância de uma milha em todas as direções. O campo deve ser autossuficiente em alimentos, remédios e armas de fogo. Ele também deve possuir um hospital próprio (Tradução do autor).”

Muthui instrui com perspicácia a execução de um campo para os soldados. Toma cuidado com a posição do campo, com sua segurança e com a provisão dos recursos necessários a sua manutenção. Indo mais além em sua composição, cada campo deveria seguir as devidas recomendações:

- “1. Each camp must have one kitchen, headed by one person.
2. Food should be well-prepared and guerrillas should be given equal rations. However, senior ranks should be served first. (Minutes of the Kenya Parliament, 1954, p.33)”<sup>24</sup>

O cuidado com a alimentação e o bem-estar do guerrilheiro se faziam presentes. É notável que a alta patente de alguns combatentes garantia vantagens na vida em floresta. A preocupação no campo militar era também dirigida ao campo político: “A war committee must be established in every guerrilla camp. It should be a military and political watchdog for the unit (Minutes of the Kenya Parliament, 1954, p.34).”<sup>25</sup> O KLFA sabia que devia manter contato com o público pelo qual dizia lutar: “Every guerrilla camp must maintain close political relations with the masses of the peasants in the area of its operation (Minutes of the Kenya Parliament, 1954, p.34).”<sup>26</sup> Desse modo, podiam influenciar a resistência contra os britânicos ao mesmo tempo em que procuravam oportunidades de recrutar novos membros, conseguir dinheiro, armas, munição e informação. O recrutamento era discutido pelas lideranças:

“It was agreed that in order to strengthen the guerrilla army, the recruitment of youths in both the urban centres and the rural areas should be intensified. However, the leaders felt that the recruitment team must thoroughly screen potential candidates to make sure that they fulfill the ideological requirements of the movement. Only those who are conscious and brave, they stressed, should be allowed to join the armed struggle. (Minutes of a Meeting of the Kenya Defence Council, Nyandarwa, 1953, p.28)”<sup>27</sup>

---

<sup>24</sup> “1. Cada campo deve ter uma cozinha, chefiada por uma pessoa. 2. A comida deve ser bem preparada e os guerrilheiros devem receber rações iguais. Entretanto, patentes superiores devem ser servidos primeiro (Tradução do autor).”

<sup>25</sup> “Um comitê de guerra deve ser estabelecido em cada campo guerrilheiro. Ele deve ser o centro de controle militar e político da unidade (Tradução do autor).”

<sup>26</sup> “Cada campo guerrilheiro deve manter forte relação política com as massas de camponesas em sua área de operação (Tradução do autor).”

<sup>27</sup> “Foi combinado que em ordem a fortalecer o exército guerrilheiro, o recrutamento de jovens em centros urbanos e áreas rurais deve ser intensificado. Contudo, os líderes sentiram que a equipe de recrutamento deve procurar cuidadosamente os potenciais candidatos para ter certeza de que eles preenchem os requerimentos ideológicos do movimento. Apenas aqueles que são conscientes e bravos, eles salientaram, devem ser permitidos a juntarem-se a luta armada (Tradução do autor).”

Para a força guerrilheira sobreviver em meio a um território dominado pelo inimigo e recompor as vagas e funções de companheiros caídos em combate ou capturados, foi necessário estar em contato com a população kikuyu e certificar-se que os recrutas eram confiáveis, já que o governo colonial fazia uso de tropas formadas por autóctones e utilizava-se de métodos brutais, como tortura, na obtenção de informação sobre o KLFA.

O KLFA desenvolveu uma maneira de politizar as massas e transformar os guerrilheiros em verdadeiros defensores das propostas do grupo. Numa reunião de 1953 foi desenvolvido um modo de expandir a influência Mau Mau:

“Commander Ndiritu proposed that each guerrilla column should organize its own propaganda task force, whose responsibility would be to politicize the guerrillas and counteract the enemy’s false propaganda. He emphasized that war was fought through propaganda; it was therefore the duty of every unit commander to know how to use it. (Minutes of a Meeting of the Kenya Defence Council, Nyandarwa, 1953, p.29)”<sup>28</sup>

O interessante desta passagem é a visão de que a guerra deve ser feita não apenas na área das ações bélicas, mas também fora dela, em áreas que a influenciam. O coração e a mente dos habitantes do Quênia deveriam ser conquistados pelo KLFA. Indo mais além, nesse trecho, o Comandante Ndiritu deixa expresso o que deve ser feito: criar forças tarefa em cada grupo guerrilheiro para organizar propaganda. Uma ordem imprecisa – que não oferecia os instrumentos nem os meios para ser realizada – mas que, todavia, organizava os grupos guerrilheiros a tomarem uma ação.

Convém reservarmos um espaço para tratar das guerrilheiras e apoiadoras. Suas funções na guerra foram deveras importantes porque proviam o funcionamento da guerrilha. Por isso, conhecer suas ações é imprescindível. A inteligência do KLFA, para operações de reconhecimento, planejamento, ataque, recuo, era em geral realizada por mulheres kikuyus. Em suas missões, constava conseguir alimentos e informação para os grupos nas florestas. Algumas denunciavam as “[...] activities of homeguard traitors and

---

<sup>28</sup> “Comandante Ndiritu propos que cada coluna guerrilheira deve organizar a sua própria força tarefa de propaganda, cuja responsabilidade seria politizar os guerrilheiros e neutralizar a propaganda falsa do inimigo. Ele enfatizou que a guerra era feita pela propaganda; era, portanto, o dever de cada comandante de unidade conhecer e saber como usá-la (Tradução do autor).”

were also used as baits to induce a homeguard wanted to go to a strategic place (Interview with veteran KLFA General WK, 1978, p.130).<sup>29</sup> Outras se juntavam a guerrilha, como atesta uma carta de Dedan Kimathi sobre uma líder do KLFA, Miriamu Wanjiru:

“This women is one of the proeminent leaders of our struggle. I once stayed with her in the Rift Valley before the start of armed struggle, where she was responsible for politicizing the masses (Dedan Kimathi letter do Colonel Wamugunda, 5 May 1954 p.79).”<sup>30</sup>

A ação de se criar grupos de apoio em aldeias parece ter sido recorrente. Noutro momento um ex-combatente afirma: “[..] they formed Mau Mau war committees to coordinate and streamline the activities of the movement in the villages (Interview with brigadier GWK, 1978, p.119).<sup>31</sup> O KLFA só pode durar tanto tempo devido a ação dessas combatentes e apoiadoras. Os guerrilheiros eram mantidos, em grande medida, pelos recursos, provenientes de aldeias e das cidades, transportados furtivamente pelas mulheres. Narra uma das ex-militantes KLFA:

“After food was prepared, a few trusted women, usually unmarried young women who had taken the Batuni Oath, were selected to carry the supplies to a strategic point where other women would be waiting. They would give these items to the new group of women, and then return to their village. The other group would transport these items to another strategic point where they would be relieved by another group, until the items reached the front. It was a risky task, but it was our duty to support the movement. (Interview with Mau Mau supporter WWM, 1978)”<sup>32</sup>

As mulheres kikuyus eram responsáveis por burlar o policiamento britânico e colaboracionista para entregar recursos indispensáveis à luta anticolonial, cujas principais bases militares concentravam-se nas florestas, longe das aldeias e cidades, aonde os recursos eram escassos. Comida,

---

<sup>29</sup> “[...] atividades das guardas traidoras e eram usadas como iscas para levar um guarda procurado até um local estratégico (Tradução do autor).”

<sup>30</sup> “Essa mulher é uma das proeminentes líderes de nossa luta. Eu, uma vez a encontrei no Vale do Rift antes do início da luta armada, onde ela foi responsável por politizar as massas (Tradução do autor).”

<sup>31</sup> “[...] elas formavam comitês de Guerra Mau Mau para coordenar e dirigir as atividades do movimento nas aldeias (Tradução do autor).”

<sup>32</sup> “Depois que a comida era preparada, um grupo de mulheres confiáveis, normalmente mulheres jovens solteiras que tinham tomado o Juramento de Batuni, eram selecionadas para carregar os suprimentos para um ponto estratégico aonde outras mulheres estariam esperando. Elas dariam esses itens ao novo grupo de mulheres, e depois retornariam a sua aldeia. O outro grupo transportaria esses itens a outro ponto estratégico onde elas seriam encontradas por outro grupo, até que os itens chegassem a frente. Era uma tarefa arriscada, mas era nosso dever apoiar o movimento (Tradução do autor).”

armas e munição eram entregues furtivamente. Um membro Mau Mau que atuou como coletor de dinheiro de simpatizantes e o transportava, da aldeia para a floresta, desenvolveu o truque de sempre carregar notas, porque moedas faziam muito barulho e alertavam os inimigos (Ireland, 2011). O dinheiro era usado na compra de comida, medicamentos e armas. Os campos guerrilheiros e os soldados eram mantidos, em grande escala, pelas ações de mulheres kikuyus e outros simpatizantes mobilizados pela causa do KLFA.

Os campos de guerrilheiros nas florestas, aos quais os recursos eram dirigidos, eram bem estruturados. Deveriam possuir hospital: “A medical task force must be organized and a hospital be constructed. (Minutes of the Kenya Parliament, p.34)”.<sup>33</sup> A situação de isolamento levou os guerrilheiros a procurar sanar o problema de medicamentos por meio de conhecimentos autóctones: “[...] in order to be self-sufficient in medicine, we should try to manufacture our own medicine from the leaves and roots of certain trees like our ancestors used to do (Minutes of the General Meeting of the Sixth KLFA Column under General Commander Muthui, 1954, p.37).”<sup>34</sup> E por último, existiu preocupação em organizar alojamentos para os guerrilheiros: “Every guerrilla base must have separate commom-rooms. One for senior ranks and the other for junior ranks (Minutes of the Kenya Parliament, 1954, p.34)”.<sup>35</sup> As estruturas estavam ordenadas, mas eram necessárias regras aos seus usuários.

A vida nos campos guerrilheiros era regulada por uma série de ordens criadas e emitidas pelo KLFA. Ordem, disciplina, lealdade e respeito entre os guerrilheiros entravam na lista:

- “1. Every guerrilla camp must have a Field Secretary. His responsibility will be to write a daily report on the camp’s activities; these include:
  - (a) battles fought and all war material’s seized during the battle;
  - (b) names of guerrillas killed or wounded during the battle;
  - (c) discipline in the camp;
  - (d) social relations between guerrillas and peasants;
  - (e) everything obtained from the peasantry.

---

<sup>33</sup> “Uma força tarefa médica deve ser organizada e uma hospital deve ser construído (Tradução do autor).”

<sup>34</sup> “[...] de modo a ser autossuficiente em remédios, nós devemos tentar manufaturar nossos próprios remédios de folhas e raízes de certas árvores como faziam nossos ancestrais (Tradução do autor).”

<sup>35</sup> “Cada base guerrilheira deve ter quartos separados. Um para altas patentes e outro para patentes menores (Tradução do autor).”

This report must be sent to the KLFA Field Marshal monthly. Failure to do so will be considered a serious crime and the Field Secretary will be charged for it. No guerrilla fighter, including the commanding officer, should interfere with the secretary's work. If this happens, it should be reported to the Kenya Parliament.

2. No guerrilla should disobey the orders of his Commander.

3. No guerrilla should misbehave or abuse his Commander. Our rule is that guerrillas should respect their Commanders.

4. No guerrilla should disclose the secrets of the movement to the enemy. The penalty for breaking this regulation is death.

5. No guerrilla should damage or spoil anything that belongs to his fellow fighter.

6. Stealing food from the kitchen or store is a crime which carries a heavy penalty.

7. Guerrillas should not abuse one another or fight another. Any disagreement should be settled through discussions.

8. A guerrilla should not use his fellow fighter's belongings without permission. (Guerrilla Camp Regulations, 1954, p. 22)<sup>36</sup>

O trecho deixa claro que o KLFA visava a cadeia de comando, a disciplina e a ordem para chegar a vitória. A coesão dos guerrilheiros era fornecida pela situação: a luta anticolonial contra os britânicos e seus apoiadores; a luta pela terra; e a luta pela liberdade. Os ideais do KLFA vivos em cada soldado e, nesse sentido, um soldado como alguém disposto a dar a vida e se arriscar por seus companheiros em busca de um determinado fim, são componentes que criam coesão entre os combatentes. O medo e a esperança não podem ser ignorados como características que levam a coesão. O medo da situação perigosa de guerra que leva um ou outro kikuyu a escolher lados. A esperança, ao juntar-se entre ao KLFA ou os legalistas, para findar a guerra ou estar protegido. O KLFA importou-se sempre com isso. A lealdade e a coesão sempre foram buscadas, ora por meio das regras de conduta, ora pelo uso do juramento.

---

<sup>36</sup> "1. Cada campo guerrilheiro deve ter um Secretário de Campo. Sua responsabilidade será escrever um relatório diário sobre as atividades do campo; isso inclui: (a) batalhas realizadas e todo o material de guerra apreendido durante a batalha; (b) nomes de guerrilheiros mortos ou feridos durante a batalha; (c) disciplina no campo; (d) relações sociais entre os guerrilheiros e camponeses; (e) tudo obtido do campesinato. Esse relatório deve ser enviado para o Marechal de Campo do KLFA mensalmente. Falha em realizar isso será considerado um sério crime e o Secretário de Campo será responsabilizado. Nenhum guerrilheiro, incluindo o oficial comandante, deve interferir com o trabalho do secretário. Se isso ocorrer, deve ser informado ao Kenya Parliament. 2. Nenhum guerrilheiro deve desobedecer a ordem de seu Comandante. 3. Nenhum guerrilheiro deve desrespeitar ou ofender seu Comandante. Nossa regra é que guerrilheiros devem respeitar seu Comandante. 4. Nenhum guerrilheiro deve revelar os segredos do movimento ao inimigo. A penalidade por quebrar esse regulamento é a morte. 5. Nenhum guerrilheiro deve danificar ou pegar qualquer coisa que pertença a seu companheiro de luta. 6. Roubar comida da cozinha ou reserva é um crime que carrega uma pesada penalidade. 7. Guerrilheiros não devem insultar um ao outro nem lutar. 8. Um guerrilheiro não deve utilizar os pertences de seu companheiro de luta sem permissão (Tradução do autor)."



Deve-se ter em mente que devido à separação dos grupos guerrilheiros em diferentes áreas de operações e dificuldades em comunicação entre os grupos, as recomendações e ordens descritas acima tinham caráter genérico, ou seja, eram mais guias para os líderes guerrilheiros, do que ordens estritas. Poderiam existir tênues diferenças nessas distribuições de cargos e de planejamentos de base. Logo a disposição para se realizar essa tarefa variava, podendo ser mais ou menos efetiva, devido aos integrantes (soldados e comandantes) da unidade. No caso dos juramentos, poderiam haver diferenças, mas o propósito era o mesmo: lealdade, coesão, e o dever da luta por terra e liberdade.

### **3.1 O JURAMENTO COMO ARMA DE GUERRA**

Retorno agora ao assunto da magia e do juramento porque ele é essencial para compreender a guerrilha Mau Mau. O juramento que existiu entre os kikuyus envolvia diversos dispositivos de controle. Eram três os juramentos: o Juramento da União, o Juramento Batuni e o Juramento da Liderança (Kiniatty, 2009, p.133).

O primeiro juramento, da União, era ministrado a todo e qualquer kikuyu que se juntasse ao KAU e/ou KLFA. O propósito era atrair grande número de pessoas de modo a filiá-las ao movimento. O comprometimento e a lealdade eram fortificados por essa ferramenta de coesão. Dizia o juramentado:

“I will fight for the African soil which the European has stolen from us until we get it back. I will never reveal the secrets of this organization or anything concerning it to the colonial authorities, or any other person who is not a member. I will never betray a member of this organization in any way; I will always try to strengthen the unity and leadership of this glorious organization. (The Oath of Unity, c.1950, p.133-134)”<sup>37</sup>

Os juramentados assumiam missões, como retomar as terras roubadas, nunca revelar segredos e nunca trair. O juramento criava um sentimento de pertencimento e de dever. Deveres que poderiam ser mais do

---

<sup>37</sup> “Eu vou lutar pelo solo Africano que o Europeu roubou de nós até que o consigamos de volta. Eu nunca vou revelar os segredos dessa organização ou qualquer coisa em respeito a isso para as autoridades coloniais, ou qualquer outra pessoa que não é um membro. Eu nunca vou trair um membro dessa organização de jeito algum; eu vou sempre tentar fortalecer a unidade e a liderança dessa organização gloriosa (Tradução do autor).”

que apoiar os companheiros. Todo guerreiro o é por que está disposto a guerrear e fazer guerra é estar disposto a tirar vidas: “If I am ordered by my leader to kill anybody who opposes this organization, I will do not hesitate to do so. (The Oath of Unity, c.1950, p. 134) ”<sup>38</sup>

Tornar-se um aguerrido militante requeria ações que estão além do bem-estar do dia a dia. O militante em prol da libertação deveria estar sempre disposto: “Should I ever be called out at night, in the darkness or in the rain, by members of this movement, I shall come out without any questions (The Oath of Unity, c.1950, p.134)”.<sup>39</sup> Consideração com os companheiros estava entre as tarefas: “It is my duty to help any member of this movement who is in difficulties or needs my assistance (The Oath of Unity, c.1950, p.135)”.<sup>40</sup> O rompimento com o poder colonialista também, até as últimas consequências: “I shall never take orders from European colonialists, nor shall I ever cooperate with the colonial authorities and their Kenyan supporters, even if it means my death (The Oath of Unity, c.1950, p.135)”.<sup>41</sup> E se um dia o juramentado cometesse um erro: “Should I ever betray any of the above pledges: May this oath kill me (The Oath of Unity, c.1950, p.135)”.<sup>42</sup> Através da responsabilidade individual e coletiva, do comprometimento com o movimento, da quebra de relação com o colonizador e mesmo do sacrifício, o movimento buscava cooptar o apoio de todos os kikuyus para derrotar os britânicos.

O segundo juramento, Batuni, era reservado aos kikuyus que entravam como soldados no KLFA. Nenhum kikuyu podia juntar-se a guerrilha sem prestar esse juramento (Kiniatty, 2009, p.136). O caráter é mais belicista do que o primeiro:

“If I am ordered to burn a European plantation, and kill the European and his family, I will do it without hesitation. From now on, I regard those who haven't taken the Mau Mau oath, including my own family

---

<sup>38</sup> “Se eu receber ordem de meu líder para matar qualquer um que se oponha a essa organização eu não vou hesitar em fazê-lo (Tradução do autor).”

<sup>39</sup> “Se eu for chamado à noite, na escuridão ou na chuva, por membros desse movimento, eu irei sem qualquer questionamento (Tradução do autor).”

<sup>40</sup> “É meu dever ajudar qualquer membro desse movimento que está em dificuldades ou necessita minha assistência (Tradução do autor).”

<sup>41</sup> “Eu jamais receberei ordens de colonialistas europeus, nem jamais cooperarei com autoridades coloniais e seus apoiadores quenianos, mesmo que isso signifique minha morte (Tradução do autor).”

<sup>42</sup> “Se eu trair alguma das promessas: que esse juramento me mate (Tradução do autor).”

and relatives, to be the enemies of this movement, and I am determined to fight them mercilessly. (The Batuni Oath, p.136)<sup>43</sup>

O derramamento de sangue no dever de combater o colonialista e seus aliados era inevitável para a estratégia Mau Mau. A guerra contra o colonizador requeria os meios mais violentos para se atingir a liberdade. A estratégia da libertação deveria ser realizada no enfrentamento. O KLFA assumia que eram necessários atos cruéis para se atingir o objetivo, seja o massacre de famílias britânicas ou kikuyus. A estratégia de violência extrema, sem local nem horário para ocorrer, colocando em risco os colonizadores e seus apoiadores quando esses menos esperavam, é também uma arma psicológica e de dissuasão.

O Juramento Batuni dispunha os membros em servir ao KLFA da maneira mais eficiente possível para a luta armada. O dever de se armar e proteger o povo: “As a guerilla fighter, it is my duty and responsibility to steal firearms, to protect our people from the British enemy [...] (The Batuni Oath, p.136)”.<sup>44</sup> O dever da lealdade ao movimento, aos comandantes e aos companheiros:

“I will never desert the Kenya Land Freedom Army, nor take a leave without the permission of my unit commanders. I shall never abandon a guerrilla comrade in difficulties without trying to assist him/her, even if it costs me my death. (The Batuni Oath, p.136)<sup>45</sup>

O dever de combater sem questionar, sem frouxidão e atento às regras do exército guerrilheiro: “If I am called to accompany guerrilla fighters to a battlefield, I shall obey; I will never give lame excuses. I will never violate the rules and regulations of this movement. (The Batuni Oath, p.137).”<sup>46</sup> O Juramento Batuni, mais do que o Juramento da União, requeria

---

<sup>43</sup> “Se eu for ordenado a queimar uma plantaçaõ europeia, e matar o europeu e sua família, eu o farei sem hesitaçaõ. De agora em diante, eu considero aqueles que não tomaram o juramento Mau Mau, incluindo minha própria família e parentes, como inimigos deste movimento, e eu estou determinado a lutar contra eles impiedosamente (Traduçãõ do autor).”

<sup>44</sup> “Como um guerrilheiro, é meu dever e responsabilidade roubar armas de fogo, para proteger nosso povo do inimigo britânico [...] (Traduçãõ do autor)”

<sup>45</sup> “Eu nunca vou desertar do Kenya Land and Freedom Army, nem tirar uma licença sem permissãõ do comandante da minha unidade. Eu jamais abandonarei um camarada de guerrilha em dificuldades sem tentar ajudar ele/ela, mesmo que isso custe minha morte (Traduçãõ do autor).”

<sup>46</sup> “Se eu for chamado para acompanhar os guerrilheiros ao campo de batalha, eu obedecerei; eu jamais darei desculpas esfarrapadas. Eu nunca vou violar as regras e regulações desse movimento (Traduçãõ do autor).”

comprometimento à luta armada. O guerrilheiro Mau Mau deveria ser um soldado obediente e fiel à causa da terra e da liberdade no Quênia. Comprometido com a causa até o ponto de matar e ser morto em nome dela.

O terceiro juramento, da Liderança, era reservado aos comandantes. Líderes do KLFA, líderes kikuyus de distritos e líderes de destacamentos camponeses (Kinyatti, 2009, p. 137). Como os anteriores requeria lealdade, sujeição ao ideal da luta anticolonial e liberacionista, reforçava o pertencimento ao grupo e fortificava o princípio da resolução dos problemas kikuyus através da violência:

“Today I have committed my life to the liberation of our people, and I will never retreat. I have given myself to be a fighter for my country, a fighter who will never retreat, even if blood runs like water. (Leadership Oath, p.137-138)”<sup>47</sup>

O juramentado deveria estar disposto até o final. Em outro trecho, até a própria morte: “I shall believe in this movement, in our people, and in their determination until my death, and I shall keep all the vows and commitments I have made today until death. (Leadership Oath, p.138)”<sup>48</sup>. Uma característica bem eficiente - extrema dedicação - para um exército em desvantagem de armamentos, equipamentos e recursos.

### **3.2 O INIMIGO BRITÂNICO E O INIMIGO COLABORACIONISTA**

Como o guerrilheiro e guerrilheira Mau Mau viam o inimigo? É importante nos perguntarmos isso, pois a visão que o beligerante tem sobre seu inimigo pode ser um método para pensar pelo quê luta, que alvos pretende atingir e o seu nível de engajamento. Já vimos que as juramentadas e juramentados, fossem guerreiras ou apoiadores passivos (aqueles que não pegam em armas, mas fornecem outro tipo de auxílio – logística, informação, etc.), lutavam e apoiavam na busca por terra e liberdade. Mas o sentimento de coesão pode ser disparado pela percepção do britânico como o mau do Quênia

---

<sup>47</sup> “Hoje eu comprometi minha vida à liberação de nosso povo, e eu jamais recuarei. Eu me entreguei para me tornar um lutador por meu país, um lutador que nunca recuará, mesmo que o sangue corra como água (Tradução do autor).”

<sup>48</sup> “Eu vou crer nesse movimento, em nosso povo, e em sua determinação até minha morte, e eu mantereirei os votos e responsabilidades que eu fiz hoje até minha morte (Tradução do autor).”

e do povo kikuyu. Como lembra um combatente: “I joined in 1952 to fight the British oppression, exploitation and tyranny (Interview with veteran KLFA General WK, 1978, p.129)”<sup>49</sup>.

Não vou ater-me em outros exemplos, dado que percorremos um longo trajeto de história política e econômica, da penetração em finais do XIX até a guerra em 1952, mostrando que os britânicos atuaram sempre em proveito de seus colonos e em desfavor de grande parcela populacional autóctone. A politização e massificação de um pensamento pró-Quênia e anticolonial, desde a YKA até a formação do KLFA, legaram uma imagem de um colonialista autoritário, violento, causador das misérias e sofrimentos dos autóctones. Atentamos que essa mentalidade não era geral entre todos os autóctones do Quênia, e que, mesmo predominante, a situação colonial podia ser percebida diferente por grupos autóctones em melhores situações sociais que outros. Grupos que se beneficiavam da situação colonial ou mesmo habitantes que eram coniventes ou passivos.

Grande parcela dos recrutas que serviam à Coroa e lutavam contra os Mau Mau eram autóctones do Quênia. Os legalistas serviram num dos mais conhecidos regimentos do Império, o *King's African Rifles* (Rifles Africanos do Rei) e foram responsáveis, em certa medida, pela derrota da Insurgência Mau Mau. Estes eram vistos como traidores pelos membros do KLFA. Um veterano relatou o trato aos legalistas:

“Merceslessly! Most of them were hacked to death with pangas. I personally cut off the head of one of the homeguard traitors, cut off his penis, and put it into his mouth like a cigar (Interview with veteran KLFA General WK, 1978 p.130).<sup>50</sup>”

As táticas Mau Mau visavam a violência como um meio para um determinado fim. A prática do assassinato e do terror, mais psicológico do que real (verificarei os números dessa guerra mais adiante nesse trabalho), buscavam horrorizar o colonizador e seus apoiadores. A morte e a prática da

---

<sup>49</sup> “Eu juntei-me em 1952 para lutar contra a opressão, exploração e tirania Britânica (Tradução do autor).”

<sup>50</sup> “Sem misericórdia! A maioria deles era morto com pangas. Eu pessoalmente cortei fora a cabeça de um dos guardas traidores, cortei fora o pênis dele e coloquei na boca dele como um charuto (Tradução do autor).”

violência não eram nada além de um método para se chegar à independência e retomar o que foi perdido. Um método diferente daquele utilizado pelas gerações passadas, os modos constitucionais e pacíficos. O horror deveria produzir um efeito de dissuasão sobre os britânicos, fazendo-os desistir da luta pela colônia, ao mesmo tempo em que forçasse os autóctones a não apoiar os europeus. O lado europeu e legalista da guerra utilizou a propaganda e a mídia em desfavor do KLFA e tornou-os em brutos, sanguinários e incivilizados que mataram, em oito anos de guerra, 95 europeus.

### **3.3 – A GUERRA DE GUERRILHA MAU MAU**

O exército Mau Mau, ou KLFA, possuía logística, organização e destacamentos operacionais de diversos setores (inteligência, política, produção, manutenção, recrutamento, militância, alimentação, saúde), era formalmente um exército capacitado. Quanto as suas estruturas de destacamentos, o KLFA era basicamente exército de apenas um: a infantaria. As que constituem forças armadas regulares, cavalaria, artilharia, engenharia, forças aéreas e navais, eram totalmente ausentes na sua guerra. O exército possuía um corpo de combatentes dispostos, engajados, leais, treinados e utilizados num modo de guerra que caracterizou o seu estilo militar. Soldados equipados com armamentos leves, rápidos, dispostos em grupos ágeis e camuflados pela cobertura das florestas.

Devo examinar algumas operações do KLFA para entendermos seu modo de operação. Um veterano da insurgência afirmou que:

“We also discussed our war strategy collectively before we launched an attack. Because the British army was equipped with sophisticated weapons, we used hit and run tactics to fight it. (Interview with veteran KLFA General WK, 1978, p.129).”<sup>51</sup>

Apesar do comando supremo de alguns líderes guerrilheiros como Kimathi e Mathenge, havia espaço para a discussão das ações. Nada mais democrático posto que esse tipo de operação arriscava a vida dos próprios combatentes. O veterano deixa claro a tática geral dos combatentes: ataque e

---

<sup>51</sup> “Nós também discutimos nossa estratégia de guerra coletivamente antes de lançarmos um ataque. Porque o exército britânico estava equipado com armamentos sofisticados, nós usávamos táticas de ataque e fuga para enfrentá-lo (Tradução do autor).”

fuga. Saíam das florestas para atacar fazendas, postos militares e patrulhas. Da declaração em outubro de 1952, passando pela captura de Dedan Kimathi em outubro de 1956 até o final, em 1960, os guerrilheiros do KLFA praticaram a guerra de guerrilhas. Sua grande vantagem era a mobilidade e o apoio da população kikuyu insatisfeita: “The guerrilla, for his part, finds strength in his freedom from territorial commitments, his mobility, and his relationship to a discontented people [...] (Taber, 1965, p. 24).”<sup>52</sup> Sem essa situação não haveria espaço para as operações.

Num outro momento o Marechal Kimathi emitiu uma ordem pela qual podemos ter uma ideia do planejamento de ações de acordo com o serviço de informações do KLFA. Uma ordem direta do alto comando. A preocupação é em causar o maior dano possível aos colonizadores, através da morte de seus soldados, para que sejam dissuadidos de prosseguir na luta:

“According to our intelligence task force, the British government will be sending a Special Commission to Kenya. This Commission will be composed of 3 members of the Labour Party and 3 members from the Conservative Party. The purpose of this Commission is to investigate the causes of the war. They will stay in the country until 31 January 1954.

During their presence in the country, our job is to intensify the struggle on all fronts and kill as many enemy soldiers as we possibly can. When they go home they will tell their Queen that we mean business. Field Marshal D. Kimathi (Circular to the Front-line Commanders, c.1954, p.25)”<sup>53</sup>

Nesse ponto podemos observar a formulação de tática e estratégia em acordo com o que o momento oferecia. O alto comando de Kimathi estava alerta às movimentações britânicas e formulava com eficácia um plano de ação para o KLFA.

Um ponto importante é a capacidade de adaptação desses guerrilheiros e de seu comando a situação imposta pelos colonialistas. Os primeiros regimentos e bases localizados nas florestas, devido ao seu tamanho

---

<sup>52</sup> “A guerrilha, por seu lado, acha força em sua liberdade de pertencimento territorial, sua mobilidade, e sua relação com um povo descontente [...] (Tradução do autor)”

<sup>53</sup> “De acordo com nossa força tarefa de inteligência, o Governo Britânico enviará uma Comissão Especial para o Quênia. Essa Comissão será composta por 3 membros do Partido Trabalhista e 3 membros do Partido Conservador. O propósito dessa Comissão é investigar as causas da Guerra. Eles ficarão no país até 31 de janeiro de 1954. Durante sua presença no país, nosso trabalho é intensificar a luta em todas as frentes e matar o máximo de inimigos que pudermos. Quando eles retornarem para casa eles vão contar a sua Rainha que nós falamos sério. (Tradução do autor)”

e grande concentração de forças, eram alvos facilmente detectáveis pela força aérea britânica.

Em 11 de novembro de 1954: “[...] we were attacked by enemy aircraft from 6 o’clock in the morning until 12 noon. During this attack, we lay on our stomachs to avoid being seen by the murderous pilots (Report on our Mission to Kiambu, 1954, p.45).”<sup>54</sup> Numa carta para Kimathi, o quartel general de Nyandarwa alerta: “The best thing to do, if the enemy intensifies its bombing, is to divide the army into small units which will be easier to scatter when the attacks come (Letter from Nyandarwa HQ to Dedan Kimathi, p.78).”<sup>55</sup>

Fica clara a disposição das guerrilheiras e guerrilheiros, bem como do comando, em estar disposto a se moldar as situações exigidas nessa guerra. A atenção dada as situações de embate, muito provavelmente, eram fontes de aprendizagem e de adaptação do exército guerrilheiro a buscar modos de guerrear cada vez mais eficientes para sobreviver e combater.

Entre os problemas enfrentados pelos guerrilheiros estava a falta de diversos tipos de artigos, para além dos armamentos. Remédios e roupas não chegavam em números suficientes. A vida na floresta tinha momentos de frio, chuva e cansaço como relembra um comandante: “After walking for twelve miles, it started raining heavily and we were soaking wet. [...] We decided to proceed with our journey despite the rain and cold (Report on our Mission to Kiambu, p.45).”<sup>56</sup> Noutro momento, uma unidade do KLFA enviou uma mensagem para o *Kenya Parliament*, reclamando o seguinte: “Right now there are more than 15 comrades with bullet wounds, but there is no medicine to treat them (The Kinangop-Kinyumi Army Unit, c.1954, p.74).”<sup>57</sup> E continuou: “Several comrades are in rags. They particurly need heavy coats, for this place is

---

<sup>54</sup> “[...] nós fomos atacados por aeronaves inimigas das 6 horas da manhã até o meio dia. Durante esse ataque, ficamos deitados para evitar sermos vistos pelos pilotos assassinos (Tradução do autor).”

<sup>55</sup> “A melhor coisa a fazer, caso o inimigo intensifique seus bombardeios, é dividir o exército em unidades menores que serão mais fácil de dispersar quando o ataque vier (Tradução do autor).”

<sup>56</sup> “Depois de andar doze milhas, começou a chover fortemente e nós estávamos ensopados. [...] Nós decidimos proceder com nossa jornada apesar da chuva e do frio (Tradução do autor).”

<sup>57</sup> “Nesse momento existem mais de 15 camaradas com ferimentos de bala, mas não há remédios para tratá-los (Tradução do autor).”



extremely cold (The Kinangop-Kinyumi Army Unit, c.1954, p.74).<sup>58</sup> A guerrilha coexistiu junto à falta de alimentos para o prosseguimento da luta: “I do not have flour, coffee, sugar, or maize (Letter from Kimathi to Colonel Wamugunda, c.1953, p.80).”<sup>59</sup> Em nota de seu diário, Kimathi comenta alguns outros pontos de insegurança à causa: “I have toured the KLFA’s major bases and dealt with the problems of disunity in the army, food shortages, and political and social strife among the guerrillas (Notes from Kimathi’s Diary, 1954, p.113).”<sup>60</sup> A vida na floresta e, em situação de beligerância, podia exigir demais de alguns combatentes que, em situação de estresse, de fome e de risco, podiam por a perder a união e a efetividade da força de combate.

Os jovens soldados do KLFA e seus líderes sabiam estar enfrentando um inimigo com poder de fogo e equipamentos superiores (Anexo G). Enfrentar os britânicos cara a cara seria suicídio dado à eficiência de suas forças no combate convencional, o grande número de soldados necessários às devidas operações, a falta de armas de fogo no KLFA e o forte policiamento em áreas estratégicas, como cidades e estradas. A eficácia do KLFA ocorreu numa forma de guerra que foi relevante e recorrente na história e na geopolítica mundial do século XX: a guerra de guerrilhas.

De acordo com o veterano de guerra de guerrilhas, Robert Taber, se os soldados Mau Mau atuavam de maneira irregular, contrariando muitos princípios das guerras convencionais, ou seja, evitando batalhas decisivas, efetuando pequenos ataques e operando em infantarias reduzidas, ágeis e flexíveis, podemos pensar que o KLFA lutava a guerra da pulga:

“The guerrilla fights the war of the flea, and his military enemy suffers the dog’s disadvantages: too much to defend, too small, ubiquitous, and agile enemy to grips with. If the war continues long enough – this is the theory – the dog succumbs to exhaustion and anemia ever having found anything on which to close his jaws or to rake with his claws. But this may be to oversimplify for the sake of an analogy. In practice, the dog does not die of anemia. He merely becomes too weakened - in military terms, overextended; in political terms, too unpopular; in economic terms, too expensive-to defend himself. At this point, the flea, having multiplied to a veritable plague of fleas through

---

<sup>58</sup> “Muitos camaradas estão em trapos. Eles necessitam, particularmente, de casacos pesados, pois esse local é extremamente frio (Tradução do autor).”

<sup>59</sup> “Eu não tenho farinha, café, açúcar, ou milho (Tradução do autor).”

<sup>60</sup> “Eu tenho visitado as maiores bases do KLFA e lidado com problemas de desunião no exército, falta de alimentos, e conflitos políticos e sociais entre as guerrilhas (Tradução do autor).”

long series of small victories, each drawing its drop of blood, each claiming the reward of a few more captured weapons to arm yet a few more partisans, concentrates his forces for a decisive series of powerful blows. Time works for the guerrilla both in the field-where it costs the enemy a daily fortune to pursue him-and in the politic economic arena (Taber, 1965, p25).<sup>61</sup>

O KLFA era essencialmente um exército guerrilheiro que, assim se desenvolveu, porque a situação permitia e exigia. Em documento datado de dezembro de 1953, o General Kahi-Iitina, em reunião, afirmou que havia dois modos de se combater o inimigo: “1. *By organizing a surprise attack*. 2. *By ruthlessly destroying the enemy’s property* (Minutes of a Meeting of the Kenya Defense Council, c.1953, p.28).<sup>62</sup> Lembro ao leitor que nas páginas anteriores os Mau Mau juravam e ordenavam o ataque contra o colonizador, os legalistas e as fazendas do colonizador. Que local mais apropriado para dirigir a violência do que aquele em que o kikuyu era explorado e que não tinha o direito de possuir? As fazendas dos colonialistas britânicos, terra e local das relações que deram motivo e fomento à guerra.

Por meio da violência contra o colonizador e seus apoiadores e através de ataques surpresas em qualquer local e horário, o KLFA tratou de tentar criar o clima de colapso. Ou seja, o grande objetivo de um exército guerrilheiro que busca a tomada de poder (Taber, 1965, p.27). Tornar o governo insustentável frente à situação e para a população:

“Promoting disorder is a legitimate objective for the insurgent. It helps to disrupt the economy, hence to produce discontent; it serves to undermine the strength and the authority of the counterinsurgent.” (Galula, 1964, p.7)<sup>63</sup>

---

<sup>61</sup> “A guerrilha luta a guerra da pulga, e seu inimigo militar sofre da desvantagem do cachorro: muito para defender, inimigos muito pequenos, ubíquos e ágeis a enfrentar. Se a Guerra continuar por muito tempo – essa é a teoria – o cachorro sucumbe à exaustão e anemia sem ter achado qualquer coisa para fechar suas mandíbulas ou para lanhar com suas patas. Mas isso pode ser muito simples para o bem da analogia. Na prática, o cachorro não morre de anemia. Ele simplesmente se torna muito fraco – em termos militares, levado além do limite; em termos políticos, muito impopular; em termos econômicos, muito caro – para se defender. Nesse ponto, a pulga, tendo se multiplicado para uma autêntica praga de pulgas através de uma longa série de pequenas vitórias, cada uma extraíndo sua gota de sangue, cada uma reivindicando um pouco mais de armas capturadas para armar mais alguns guerrilheiros, concentra suas forças para uma série de ataques poderosos. O tempo trabalha para a guerrilha tanto no campo – onde custa ao inimigo um fardo diário para persegui-la – e na arena político econômica.”

<sup>62</sup> “1. Ao organizar um ataque surpresa. 2. Ao destruir violentamente a propriedade do inimigo (Tradução do autor).”

<sup>63</sup> “Promover desordem é um objetivo legítimo para o insurgente. Isso ajuda a despedaçar a economia, e conseqüentemente produzir descontentamento; isso serve para minar a força e a autoridade do contrainsurgente (Tradução do autor).”

Por todo o período ao construir armas, arrecadar dinheiro, atacar britânicos e legalistas, instigar medo, ao assassinar os inimigos do KLFA, os kikuyus engajados trataram de instaurar a desordem.

Os inimigos do KLFA, para seu azar, não eram novatos no combate contrainsurgente: “The British Army is a counterinsurgency army. Almost since its very formation and for the greater part of its history, this army’s principal missions was to acquire and then to police imperial possessions (Thornton, 2007, p.1).”<sup>64</sup>

Os britânicos, com grande dispêndio de dinheiro e paciência, conseguiram isolar e desestruturar a luta do KLFA. A contrainsurgência britânica adotou o modelo utilizado com grande eficácia em outros lugares, como Malásia e na guerra contra os bôeres. Suas forças trataram de isolar as cidades e a população, por meio de operações de fechamento, tirando o acesso dos guerrilheiros às cidades. As forças britânicas controlaram a população e sua movimentação por meio da estratégia de controle de aldeias e construção de campos de concentração. Ao fechar as aldeias e cidades kikuyus, como fizeram com os malaios, era dificultado o acesso a comida, roupas e suprimentos militares (Markel, 2006, p.36). O controle sobre a população foi facilitado por que o KLFA era formalmente kikuyu e para os autóctones restantes do Quênia, não era um exército que os representava. O próprio KLFA pouco se esforçou para levar as suas pautas aos outros grupos do Quênia. O já fragilizado contato do KLFA com seus contatos urbanos foi se tornando cada vez mais difícil devido a pressão britânica. Em 1954, numa carta dirigida a Dedan Kimathi, os combatentes informaram a situação de fechamento das cidades: “[...] no Africans, except the homeguards, are allowed to enter or leave the town. This is part of the enemy’s attempt to isolate us from the peasant masses (Letter from John Kamene to Kimathi, 1954, p.99).”<sup>65</sup>

---

<sup>64</sup>“O Exército Britânico é um exército contrainsurgente. Quase desde sua formação e por grande parte de sua história, a principal missão desse exército era adquirir e policiar possessões imperiais (Tradução do autor).”

<sup>65</sup> “[...] nenhum africano, exceto das guardas, são permitidos a entrar e sair da cidade. Isso é parte da tentativa do inimigo em isolar-nos das massas camponesas (Tradução do autor).”

A construção de campos de concentração para conter os apoiadores passivos e os guerrilheiros capturados instigava terror, separava os habitantes do grosso do exército Mau Mau e servia como local de garimpo de informação para as ações britânicas contra o KLFA. Tortura e estupros não eram incomuns nos locais de detenção e podiam revelar preciosas informações sobre a guerrilha. Em torno de 70.000 kikuyus estiveram confinados nos campos de repressão (Markel, 2006, p 42).

A truculência das forças colonialistas teve sua parcela de efeito na derrota Mau Mau. Em oito anos de guerra, 95 europeus foram mortos e 127 feridos. Entre os autóctones legalistas 1.920 perderam a vida e 2.385 foram feridos. Entre os guerrilheiros do KLFA o número de mortos chegou a 11.503 e o número de capturados foi 2.583 (Alao, 2007, p.59). Depois de uma escaramuça com os inimigos, um comandante do KLFA anotou: “Next morning, as expected, the enemy deployed its forces in the whole region. Peasants were being beaten, tortured, and killed with incredible brutality by the enemy soldiers (Report on our Mission to Kiambu, 1954, p.47).”<sup>66</sup> Tamanha brutalidade colhia seus frutos numa situação onde um dos lados beligerantes se negava a lutar do modo usual. As torturas e prisões eram fontes relevantes de informação sobre o KLFA. Numa carta enviada por Coronel Wamugunda, ele cita essa preocupação: “Some of our comrades pose a great danger in the sense that they can betray us if they are arrested and tortured by the enemy (Letter from Wamugunda to Kimathi, 1954, p.92).”<sup>67</sup> Outro objetivo dessa violência era a pressão psicológica sobre os autóctones. Prisões e espancamentos, pena de morte aos juramentados e aqueles que possuíssem armas e munições, além da exposição dos corpos dos guerrilheiros mortos, intimidavam a população (Alao, 2007, p54). Ao controlar a população, cerceavam a atividade política, que, por consequência, enfraquecia a mobilização militar do KLFA. Os britânicos e seus apoiadores negaram às guerrilheiras e guerrilheiros suas principais bases de apoio.

---

<sup>66</sup> Na manhã seguinte, como esperado, o inimigo inseriu suas tropas por toda a região. Camponeses estavam sendo espancados, torturados, e mortos com incrível brutalidade pelos soldados inimigos (Tradução do autor).”

<sup>67</sup> “Alguns de nossos camaradas colocam um grande perigo no sentido de que eles podem nos trair se presos e torturados pelos inimigos (Tradução do autor).”

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em respeito à postura do KLFA existiram dois principais problemas. O primeiro em relação à intransigência. Ou era Mau Mau, ou era inimigo do Mau Mau. O KLFA adaptava-se ao combate, mas não se adaptava politicamente. O exército tratava de levar o terror e a possibilidade de morte a todos os não alinhados a sua causa. O outro problema é que desde o KAU, até ao KLFA, essas organizações eram identificadas com o povo kikuyu pelos outros autóctones do Quênia. Sendo assim, a luta parecia mais uma luta kikuyu do que uma luta por africanos.

Os destacamentos de propaganda e de militância junto do juramento, na floresta e nas cidades, tratavam de mostrar os malefícios do governo colonial enquanto convenciam os kikuyus à luta armada ou a um silencioso, mas eficiente apoio - seus apoiadores passivos atuantes mais nas sombras da história dessa guerra. A grande estratégia era a seguinte: propaganda mais ação militar. Quer dizer, politizar, conseguir o apoio e dirigir as massas, enquanto travava uma guerra de desestabilização do governo colonial por meio de um modo de combate sorrateiro e adaptado à situação que, lentamente deveria levar o governo colonial à derrocada. Nesse caso, podemos dizer que elas – o combate e a propaganda – apoiavam-se mutuamente. Um exército guerrilheiro existindo em meio a terras do governo colonial já é, em si, uma propaganda de desafio ao governo colonial e de esperança de vitória. Se esse exército guerrilheiro existe é por que há um ou mais motivos e ele fornece a estrutura para se engajar contra aos fundamentos que se opõem e os ideais que defende.

A guerra desenvolvida, estando isolados e com pouco recursos, foi administrada eficientemente como deixa claro o seu tempo de duração, oito anos, e o desgaste econômico causado ao colonizador: £55.585.424, foi o custo da insurgência (Alao, 2007, p.59).

As armas que equiparam esse exército foram deveras criativas e também o modo de luta. Mesmo derrotado, foi uma derrota que levou anos para se concretizar, por isso houve acertos na condução da guerra e lições podem ser tiradas disso. Um exército que conseguiu combater, por meses a fio,

um inimigo que dispunha de uma tecnologia de morte muito superior e que, mesmo assim, teve imenso trabalho para obter a vitória.

A guerrilha desencadeada pelo KLFA era uma guerrilha que se adaptava como água. Quando os britânicos declararam a emergência e fecharam o cerco nas áreas urbanas, prendendo lideranças do KAU e, posteriormente do *Kiama Kia Wyathi*, o KLFA organizou suas forças além do alcance das forças colonialistas. Perderam suas bases nas cidades, mas criaram outras nas florestas. Quando não conseguiram armas em número suficiente, desenvolveram métodos de fabricação próprios. Desenvolveram táticas de ataque, roubo e fuga e montaram uma rede de apoiadores especializados na coleta de informação e recursos materiais que atuavam nas sombras. Ou seja, quando a vigilância engrossou, criaram métodos de disfarce às suas operações. Essa mesma pressão, levou a descentralização de comando, dando mais autonomia aos grupos guerrilheiros e a longo prazo, sobrevivência ao grupo. Quando atacados e bombardeados por aeronaves, os grupos de guerrilheiros tornam-se mais reduzidos, diminuindo a eficiência da detecção britânica e aumentando a mobilidade do grupo. Mostrando a eficácia do KLFA em se adaptar às situações. Quando combatidas por tropas armadas e equipadas de maneira superior, negaram ao inimigo um enfrentamento convencional.

Cada pressão britânica era respondida por uma solução até o ponto de a contenção ser demais para a existência do grupo guerrilheiro, devido a fatores internos e externos à guerrilha. Quanto aos primeiros, podemos indicar: o isolamento dentro do Quênia, dado que os guerrilheiros e guerrilheiras eram majoritariamente kikuyus; a divisão interna entre os autóctones do Quênia por que outros grupos temiam uma preponderância kikuyu; o isolamento mundial do movimento, não havia nenhum tipo de reconhecimento à luta ou apoio de outras nações; e, por fim, a falta de recursos militares suficientes. Quanto aos fatores externos deve-se considerar: a imensa máquina de guerra britânica, disposta a extrema violência e suportada por grande capacidade financeira para fornecer os recursos necessários à vitória enquanto que praticava e incentivava a divisão dos autóctones.

A guerrilha pôde existir por muito tempo devido à lealdade e a disposição de seus combatentes juramentados à causa da terra e liberdade. O exército guerrilheiro foi eficientemente organizado, mesmo com todos os problemas, sendo o maior trunfo a administração da escassez e do isolamento. A lealdade dos combatentes foi altamente relevante, dado que muitos levavam o juramento até as últimas consequências. Esse elemento especificamente africano e kikuyu foram responsáveis por grande nível de coesão e determinação. Ou onde mais um grupo com tantas desvantagens no terreno militar e tecnológico, onde *pangas* lutam contra fuzis, conseguiria se impor por tanto tempo?

Um combate de desfecho triste, como toda guerra, ainda pontuado de atos de heroísmo, violência e benevolência, como a vida de todo soldado e guerreiro. Um trágico embate que, nas palavras anotadas no diário de Dedan Kimathi: “Better war than peace in poverty and chains (Notes from Dedan Kimathi’s Diary, 1954, p.112).”<sup>68</sup>

---

<sup>68</sup> “Melhor guerra do que paz na pobreza e miséria (Tradução do autor).”

## **FONTES PRIMÁRIAS**

AN OPEN LETTER TO THE BRITISH AUTHORITIES. 1953. In: KINYATTI, Maina Wa (Ed.). Kenya's Freedom Struggle, The Dedan Kimathi's Papers. Book Surge. Lexington, USA, 2009, pp. 57-58.

GUERRILLA CAMP REGULATION. In: KINYATTI, Maina Wa (Ed.). Kenya's Freedom Struggle, The Dedan Kimathi's Papers. Book Surge. Lexington, USA, 2009, pp. 22.

CIRCULAR TO THE FRONT-LINE COMMANDERS. c.1954, In: KINYATTI, Maina Wa (Ed.). Kenya's Freedom Struggle, The Dedan Kimathi's Papers. Book Surge. Lexington, USA, 2009, pp.25.

DEDAN KIMATHI LETTER TO COLONEL WAMUGUNDA. 1954. In: KINYATTI, Maina Wa (Ed.). Kenya's Freedom Struggle, The Dedan Kimathi's Papers. Book Surge. Lexington, USA, 2009, pp.79-80.

INTERVIEW WITH BRIGADIER GWK. 1978. In: KINYATTI, Maina Wa (Ed.). Kenya's Freedom Struggle, The Dedan Kimathi's Papers. Book Surge. Lexington, USA, 2009, pp. 119-121.

INTERVIEW WITH MAU MAU SUPPORTER, WWN. 1978. In: KINYATTI, Maina Wa (Ed.). Kenya's Freedom Struggle, The Dedan Kimathi's Papers. Book Surge. Lexington, USA, 2009, pp. 123-124.

INTERVIEW WITH VETERAN KLFA GENERAL WK. 1978. In: KINYATTI, Maina Wa (Ed.). Kenya's Freedom Struggle, The Dedan Kimathi's Papers. Book Surge. Lexington, USA, 2009, pp. 129-130.

LAND TENURE COMMISSION. Colony and Protectorate of Kenya. Nairobi, 1922.

LEADERSHIP OATH. In: KINYATTI, Maina Wa (Ed.). Kenya's Freedom Struggle. The Dedan Kimathi's Papers. Book Surge. Lexington, USA, 2009, pp. 137-138.

LETTER FROM KIMATHI TO COLONEL WAMUGUNDA. c.1953. In: KINYATTI, Maina Wa (Ed.). Kenya's Freedom Struggle, The Dedan Kimathi's Papers. Book Surge. Lexington, USA, 2009, pp. 80-81.



LETTER FROM NYANDARWA HQ TO DEDAN KIMATHI. 1954 In: KINYATTI, Maina Wa (Ed.). Kenya's Freedom Struggle, The Dedan Kimathi's Papers. Book Surge. Lexington, USA, 2009, pp.78.

LETTER FROM WAMUGUNDA TO KIMATHI. 1954. In: KINYATTI, Maina Wa (Ed.). Kenya's Freedom Struggle, The Dedan Kimathi's Papers. Book Surge. Lexington, USA, 2009, pp.92.

NOTES FROM KIMATHI'S DIARY, 1954. In: KINYATTI, Maina Wa (Ed.). Kenya's Freedom Struggle, The Dedan Kimathi's Papers. Book Surge. Lexington, USA, 2009, pp.113-114.

MINUTES OF A MEETING OF THE KENYA DEFENSE COUNCIL. In: KINYATTI, Maina Wa (Ed.). Kenya's Freedom Struggle, The Dedan Kimathi's Papers. Book Surge. Lexington, USA, 2009, pp. 27-29.

MINUTES OF THE GENERAL MEETING OF THE SIXTH KLFA COLUMN UNDER GENERAL COMMANDER MUTHUI. In: KINYATTI, Maina Wa (Ed.). Kenya's Freedom Struggle, The Dedan Kimathi's Papers. Book Surge. Lexington, USA, 2009, pp. 37-40.

MINUTES OF THE KENYA PARLIAMENT. 1954. In: KINYATTI, Maina Wa (Ed.). Kenya's Freedom Struggle, The Dedan Kimathi's Papers. Book Surge. Lexington, USA, 2009, pp. 32-37.

NEW NATIONAL REGULATION. 1953. In: KINYATTI, Maina Wa (Ed.). Kenya's Freedom Struggle, The Dedan Kimathi's Papers. Book Surge. Lexington, USA, 2009, pp. 15-16.

REPORT ON OUR MISSION TO KIAMBU. 1954. In: KINYATTI, Maina Wa (Ed.). Kenya's Freedom Struggle, The Dedan Kimathi's Papers. Book Surge. Lexington, USA, 2009, pp. 45-53.

TELL THE ELDERS TO KEEP QUIET. 1952. In: KINYATTI, Maina Wa (Ed.). Thunder from the Mountains, poems and songs from the Mau Mau. Africa World Press. Trenton, USA, 1990, pp. 19-20.

THE BATUNI OATH. In: KINYATTI, Maina Wa (Ed.). Kenya's Freedom Struggle, The Dedan Kimathi's Papers. Book Surge. Lexington, USA, 2009, pp. 135-137.

THE KINANGAP-KINYUMI ARMY UNIT. 1954. In: KINYATTI, Maina Wa (Ed.). Kenya's Freedom Struggle, The Dedan Kimathi's Papers. Book Surge. Lexington, USA, 2009, pp.74.

THE OATH OF UNITY. c.1950. In: KINYATTI, Maina Wa (Ed.). Kenya's Freedom Struggle, The Dedan Kimathi's Papers. Book Surge. Lexington, USA, 2009, pp. 133-135.

## REFERÊNCIAS

ALAO, Abiodun. Mau Mau Warrior. Osprey Publishing. Oxford, Great Britain, 2006.

BALANDIER, Georges. “A situação colonial: uma abordagem teórica”. In: Manuela Ribeiro SANCHES (org). As malhas que os impérios tecem: textos anticoloniais, contextos pós-coloniais. Lisboa: Edições 70, 2012, pp. 219-252.

BRAUDEL, Fernand. Escritos sobre a História. Perspectiva. São Paulo, SP. 2014.

BUIJTENHUIJS, Rob. Essays on Mau Mau. African Studies Centre. Leiden, Netherlands. Reasearch Report, n.17, 1982.

FALOLA, Toyn. “Nacionalizar a África, culturalizar o Ocidente e reformular as humanidades na África”. Afro-Ásia (Salvador), nº 36, 2007, pp. 9-38.

FIORI, J. Luís. História, Estratégia e Desenvolvimento – para uma geopolítica do capitalismo. Boitempo Editorial. São Paulo, SP, 2014.

GALULA, David. Counter-insurgency. Theory and Practice. Preager Publishing. New York, U.S.A., 1964.

IBHAWOH, Bonny. Second World War Propaganda, Imperial Idealism and Anti-Colonial Nationalism in British West Africa. Nordic Journal of African Studies, v.16, n.2, p221-243. McMaster University, Canada, 2007.

IRELAND, Corydon. Mau Mau at Peace. Harvard Gazette, September, 2011. Disponível em: <http://news.harvard.edu/gazette/story/2011/09/mau-mau-at-peace/> Acesso em: 07/11/2015.

KEEGAN, John. Uma História da Guerra. Companhia de Bolso. São Paulo, SP, 2006.

KILSON, Martin L. Land and the Kikuyu: a study of the relationship between land and Kikuyu Political Movements. The Journal of Negro History, v. XL, n. 2, p.103-153, April, 1955. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2715382> Acesso em: 16/09/2015.

KINYATTI, Maina W. Kenya`s Freedom Struggle. The Dedan Kimathi Papers. Book Surge, USA, 2009.

KOLLER, Christian. The Recruitment of Colonial Troops in Africa and Asia and their Deployment in Europe during First World War. Immigrants and Minorities, v.26, n. 1/2, 2008, p.111-133.

MARKEL, Wade. Draining the Swamp: The British Strategy of Population Control. U.S. Army War College, Report Documentation Page, 2006.

MBEMBE, Achille. África Insubmissa. Cristianismo, poder e Estado na sociedade pós-colonial. Edições Mulemba, Luanda, Angola, 2013.

NDALILAH, Joseph W. Colonial Capitalism and the Making of Wage Labour in Kimilili, Kenya: 1900-1963. International Journal of Humanities and Social Science, v.2, n.23. Kabianga University College, 2012

NYABWARI, Bernard, G. KAGEMA, Dickson N. The Impact of Magic and Witchcraft in the Social, Economic, Political and Spiritual Life of African Communities. International Journal of Humanities Social Sciences and Education, v. 1, n. 5, May, 2014, pp.9-18.

OFCANSKY, Thomas, P. Kenya Forestry under British Colonial Administration, 1895-1963. In: Journal of Forest History, v.28, n.3, p.136-143, 1984. Disponível em: [www.jstor.org/stable/4004697](http://www.jstor.org/stable/4004697) Acesso em: 24/08/2015.

OGOT, Bethwell A. British Administration in the Central Nyanza District of Kenya, 1900-60. Journal of African History, v. 4, n. 2, 1963, pp. 249-273. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/179537> Acesso em: 30/09/2015.

PAICE, Edward. How the Great War Razed East Africa. Africa Research Institute. 2014. Disponível em: <http://www.africaresearchinstitute.org/newsite/wp-content/uploads/2014/07/ARI-Counterpoint-AfricaContributionFirstWorldWar-Download.pdf> Acesso em: 25/08/2014.

ROBERTS, Andrew. East Africa. In: ROBERTS, A. D. (Ed). The Cambridge History of Africa, v.7, from 1905 to 1940. Cambridge University Press, 2008.

RODNEY, Walter. *How Europe Underdeveloped Africa*. Bogle-L'Ouverture Publications. 1973.

SENGHOR, Léopold Sédar. "O contributo do homem negro". In: SANCHES, Manuela Ribeiro (org). *Malhas que os impérios tecem: textos anticoloniais, contextos pós-coloniais*. Lisboa: Edições 70, 2012, pp. 73-92.

TABER, Robert. *The War of the Flea. A Study of Guerrilla Warfare Theory and Practice*. Brassey's Inc. Virginia, USA, 1965.

TERANCE, Ranger. *A Invenção da tradição na África Colonial*. Em: Hobsbawm, Eric; Terence, Ranger (orgs). *A invenção das tradições*. Paz e Terra, São Paulo, SP, 2014. pp.271-336.

THORNTON, Rod. *Historical Origins of the British Army's Counter-Insurgency and Counter-Terrorist Techniques*. Geneve Centre for Democratic Control of Armed Forces, 2007.

UZOIGWE, Godfrey N. *Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral*. In: BOAHEN, Albert A (Ed). *História Geral da África*, v.7. UNESCO, Brasília, 2010.

UZOIGWE, Godfrey N. *The Warrior and the State in Precolonial Africa*. *Journal of Asian and African Studies*, n.12, v. 1-4, 1977.

WRIGHT, Marcia. *East Africa, 1870-1905*. In: FAGE, J.D.; OLIVER, Roland (Ed). *The Cambridge History of Africa*, v.6, c.1870-c.1905. Cambridge University Press, 2008.

## ANEXOS

### Anexo A



Mapa da área de atuação Mau Mau no Quênia, c.1952-60.

Fonte: <http://www.et-tu.com/scram/img/5.gif>

Anexo B

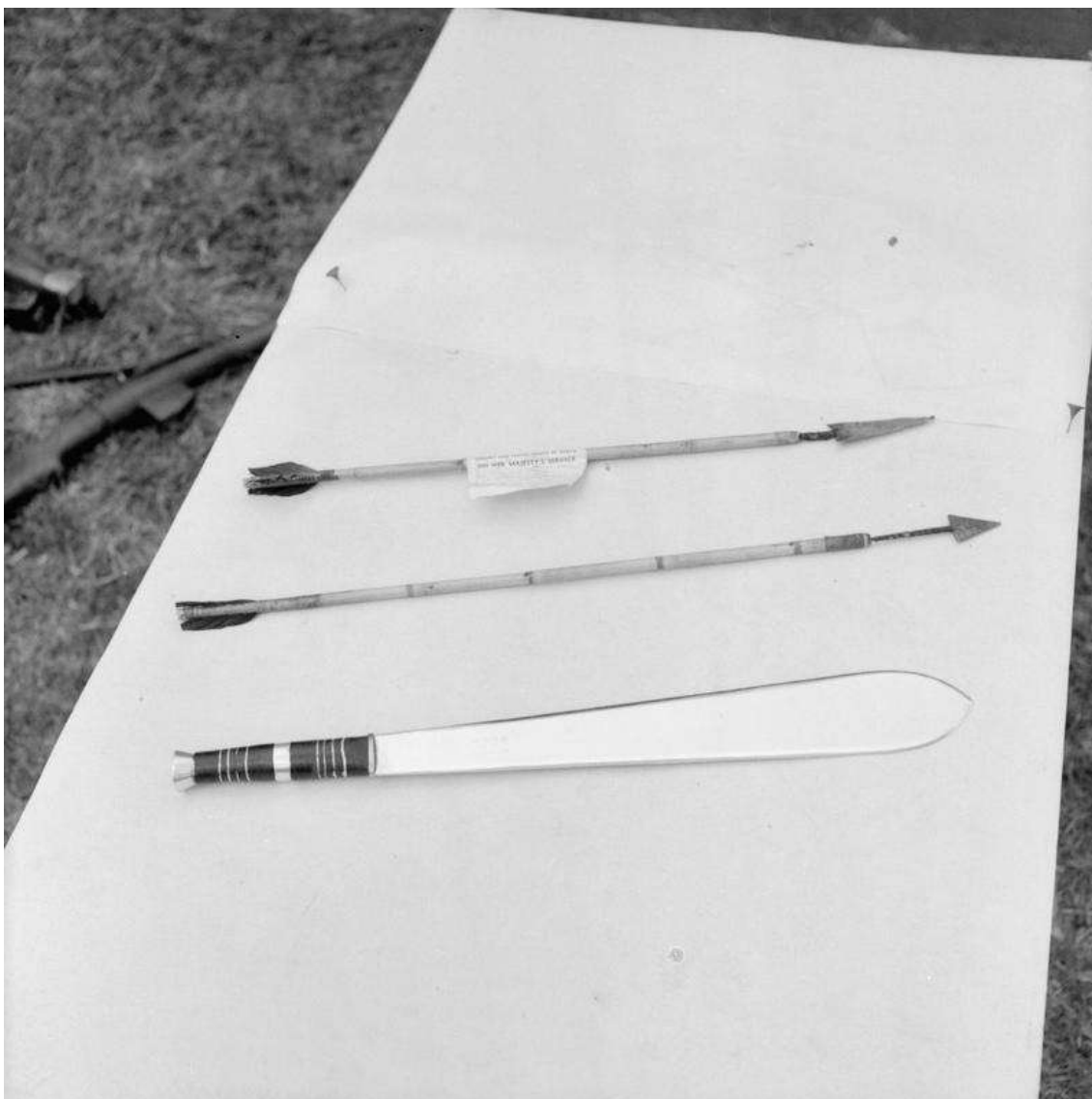


Foto de guerrilheiros Mau Mau procurados, c.1954.

National Army Museum, United Kingdom.

Fonte: <http://www.nam.ac.uk/online-collection/detail.php?acc=1967-05-110-2>

Anexo C



Flechas envenenadas e panga Mau Mau.

War Office Collection, United Kingdom.

Fonte: <http://www.iwm.org.uk/collections/item/object/205191306>



## Anexo D



Armas fabricadas pelos Mau Mau e capturadas pelos britânicos. As armas utilizavam um elástico para disparar o cartucho.

Imperial War Museums Exhibits Collection, United Kingdom

Fonte: <http://www.iwm.org.uk/collections/item/object/205131489>

Anexo E



Armamentos Mau Mau de fabricação rudimentar capturadas pelos britânicos.  
War Office Collection, United Kingdom.

Fonte: <http://www.iwm.org.uk/collections/item/object/205191307>

Anexo F



Arma improvisada Mau Mau. O projétil era disparado ao se bater a pedra contra a parte traseira da munição.

War Office Collection, United Kingdom.

Fonte: <http://www.iwm.org.uk/collections/item/object/205191309>

## Anexo G



Patrulha do Exército Britânico cruza um riacho. Da direita para esquerda: os dois primeiros soldados portam rifles Enfield .303; o terceiro soldado porta uma submetralhadora Sten Mk5; e os dois últimos carregam rifles X8E1.

War Office Collection, United Kingdom.

Fonte: <http://www.iwm.org.uk/collections/item/object/205191314>